



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Secretaria de Defesa Agropecuária
Coordenação Geral de Apoio Laboratorial
Laboratório Nacional Agropecuário em Recife/PE



PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2010

JANEIRO/2011



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Secretaria de Defesa Agropecuária
Coordenação Geral de Apoio Laboratorial
Laboratório Nacional Agropecuário em Recife/PE



PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2010

Relatório de Gestão do exercício de 2010 apresentados aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº. 63/2010, da DN TCU nº. 107/2010, da Portaria TCU nº. 277/2010, e das orientações do órgão de controle interno Portaria n.º 2.546, de 27 de dezembro de 2010.

JANEIRO/2011

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

UJ - Unidade Jurisdicionada
DN - Decisão Normativa
IN- Instrução Normativa
PORT. - Portaria
TCU - Tribunal de Contas da União
Lanagro/PE - Laboratório Nacional Agropecuário em Pernambuco
MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
CGAL - Coordenação Geral de Apoio Laboratorial
SDA- Secretaria de Defesa Agropecuária
CGU - Controladoria Geral da União
CE - Ceará
PB - Paraíba
SLAV - Serviço Laboratorial Avançado
FFA - Fiscal Federal Agropecuário
SIPAG – Serviço de Inspeção de Produtos Agropecuários
CJU-PE - Consultoria Jurídica da União no estado de Pernambuco
SEDESA - Serviço de Sanidade Agropecuária
SEFAG - Serviço de Fiscalização Agropecuária
SFA - Superintendência Federal da Agricultura
AGE - Assessoria de Gestão Estratégica-
RAE - Reuniões de Análise Estratégica
CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento
ADAGRO - Agência de Desenvolvimento Agropecuário
PI – Plano Interno
NAJ-PE Núcleo de Acessória Jurídica de Pernambuco
DAS – gratificação de Direção e Assessoramento Superiores
CGDP - Coordenação Geral de Desenvolvimento de Pessoas
CONAB – Companhia Brasileira de Abastecimento
EITB - Imunoeletrotransferência
USDA - U.S. Department of Agriculture I
CLAE-FL - Cromatografia Líquida de Alta Eficiência com detector de fluorescência
CNAE – Classificação Nacional de atividades Econômicas
CIEE – Centro de Integração Empresa Escola.
PPA – Plano Plurianual
LAFEPE – Laboratório Farmacêutico do Estado de Pernambuco
COMPESA – Companhia Pernambucana de Saneamento
UFRPE – Universidade Federal Rural de Pernambuco
SAG- Sociedades de Agricultura de grupo

LISTA DE QUADROS, TABELAS E DECLARAÇÕES

<u>Título</u>	<u>Página</u>
Quadro I – Identificação da UJ - Lanagro-PE	10
Quadro II - A.2.2 - Execução Física das ações realizadas pela UJ	15
Quadro III - A.2.3 - Identificação das Unidades Orçamentárias.....	15
Quadro V - A.2.11 Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação;.....	16
Quadro VIII - A.4.1 - Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores.....	19
Quadro IX - A.5.1 - Composição do Quadro de Recursos Humanos – Situação apurada em 31/12/2010.....	20
Quadro X - A.5.2 - Composição do Quadro de Recursos Humanos por faixa etária - Situação apurada em 31/12/2010	20
Quadro XI - A.5.3 - Composição do Quadro de Recursos Humanos por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12/2010	21
Quadro XII - A.5.6 - Composição do Quadro de Estagiários	21
Quadro XVII A.5.10 – Distribuição do pessoal Contratado Mediante Contrato de Prestação de Serviço Com Locação de Mão de Obra.....	23
Quadro XX B.1.1 - Declaração Plena do Contador	27
Quadro IV - A.2.7-Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa.....	28
Quadro VI - A.2.12 Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação.....	29
Quadro VII - A.2.13 Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação.....	30
Tabela 1) Indicador de Eficácia	31
Tabela 2) Indicador de Eficiência	32
Tabela 3) Indicador de Efetividade	33
Quadro XIV - A.5.7 - Quadro de custos de recursos humanos nos exercícios de 2008, 2009 e 2010.....	35
Quadro XV A.5.8 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva	36
Quadro XVI A.5.9 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra	37
Declaração da área responsável atestando as informações referentes a contratos e convênios ou outros instrumentos congêneres.	38
Tabela 4) Aspectos do sistema de controle interno.....	39
Tabela 5) Aspectos sobre a gestão ambiental.....	42
Figura A.1. Interação entre as ações de Funcionamento do Sistema de Apoio Laboratorial Animal e Vegetal do Lanagro-PE, os seus Processos Finalísticos e as Ações do PPA 2008-2011.	44
Figura A.2. Processos finalísticos do Lanagro/PE e seus desdobramentos em sub-processos e atividades.....	45
Continuação da Figura A.2. Processos finalísticos do Lanagro/PE e seus desdobramentos em sub-processos e atividades	46
Figura A.3.a Resumo da Distribuição dos Recursos Financeiros Programados, Recebidos e Utilizados pelo Lanagro/ PE, por Elemento de Despesa.....	47
Figura A.3.b. Distribuição dos Recursos Financeiros Recebidos e Utilizados pelo Lanagro/ PE, dos PI's que Atenderam aos Elementos de Despesa deste Laboratório, Outros Lanagros ou CGAL - Janeiro a Dezembro de 2010	48
Figura A.4 Processos Finalísticos do Lanagro/PE e seus serviços avançados da PB e CE.....	49

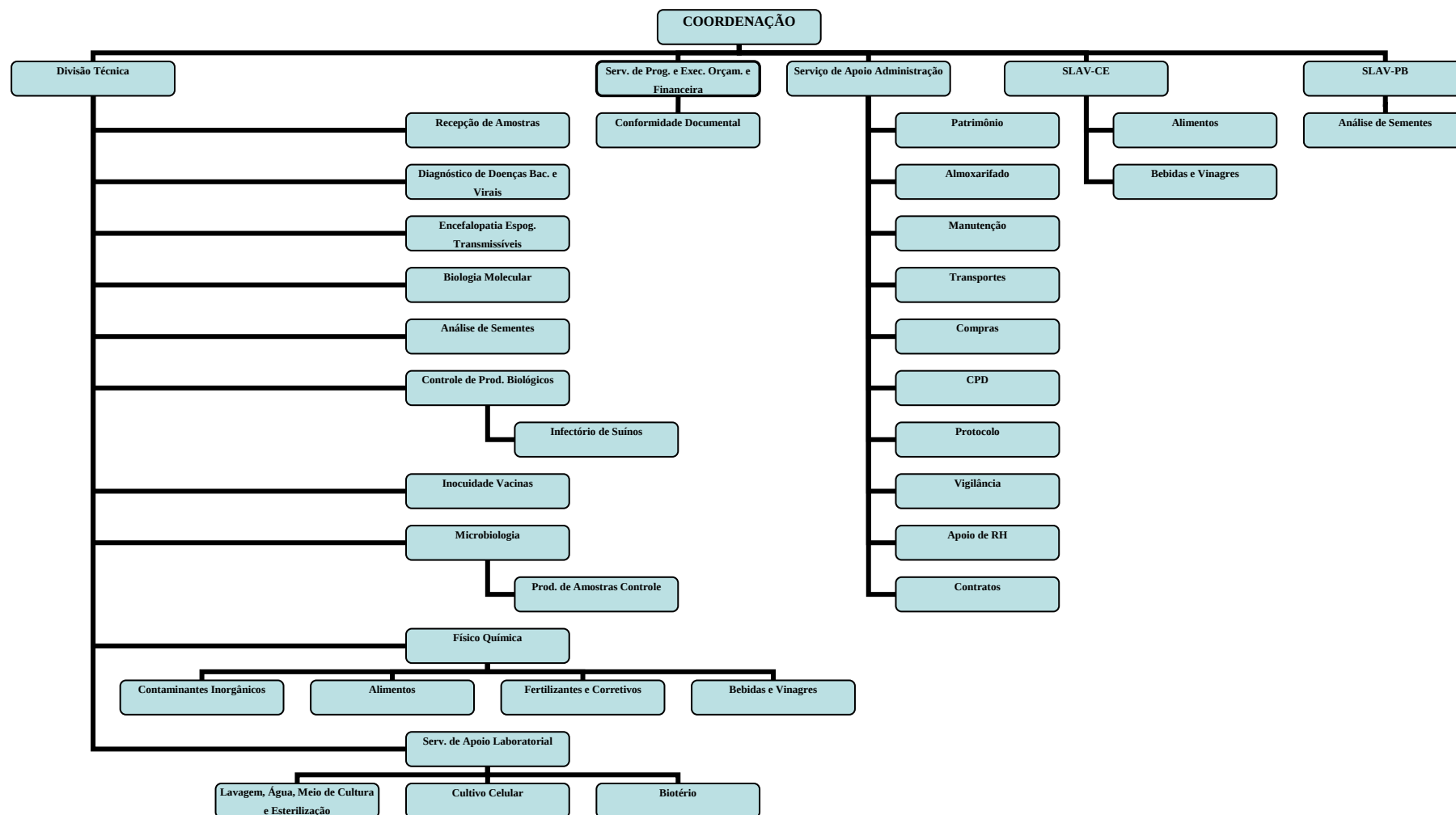
SUMÁRIO

1.INTRODUÇÃO	8
PARTE A – CONTEÚDO GERAL	10
Item 1 -Identificação da UJ - Lanagro-PE.....	10
Item 2 - Informações sobre o planejamento e gestão orçamentária e financeira da unidade...11	
2.a) Responsabilidades institucionais do Lanagro-PE	11
2.a.I.) Competência	11
2.a.II) Objetivos Estratégicos	11
2.b) Estratégia de Atuação frente às responsabilidades institucionais.....	12
2.b.I)Análise do andamento do plano estratégico da unidade ou do órgão em que a unidade esteja inserida;	12
2.b.II.)Análise do plano de ação da unidade referente ao exercício a que se referir o relatório de gestão.	13
2. c) Programas de Governo sob a responsabilidade do Lanagro-PE:.....	14
2.c.I)Execução dos Programas de Governo sob a responsabilidade da unidade....	14
2.c.II.)Execução física das ações realizadas pelo Lanagro-PE.	14
2.d) Desempenho Orçamentário e Financeiro:.....	15
2.d.I.)Execução Orçamentária das Despesas	15
2.d.II)Execução Orçamentária da Despesa.....	16
2.d.III) Indicadores Institucionais	18
Item 3 - Informações sobre o reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos	19
Item 4 - Informações sobre a movimentação e os saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores.....	19
4.1.) Pagamentos e cancelamentos de Restos a Pagar de exercícios anteriores.....	19
Análise Crítica	19
Item 5 - Informações sobre recursos humanos da unidade, contemplando as seguintes perspectivas:	20
5.a.) Composição do quadro de servidores ativos	20
5.b.) Composição do quadro de servidores inativos e pensionistas	21
5.c.) Composição do quadro de estagiários	21
5.d.) Custos associados à manutenção dos recursos humanos;	22
5.e.) Locação de mão de obra mediante contratos de prestação de serviços;	22
Item 6 (Parte A – Conteúdo Geral do Anexo II da Decisão Normativa TCU nº 107, de 27 de outubro de 2010 conteúdo do Relatório de Gestão)	23
Item 7 (Parte A – Conteúdo Geral do Anexo II da Decisão Normativa TCU nº 107, de 27 de outubro de 2010 conteúdo do Relatório de Gestão)	23
Item 8 (Parte A – Conteúdo Geral do Anexo II da Decisão Normativa TCU nº 107, de 27 de outubro de 2010 conteúdo do Relatório de Gestão)	24
Item 9 (Parte A – Conteúdo Geral do Anexo II da Decisão Normativa TCU nº 107, de 27 de outubro de 2010 conteúdo do Relatório de Gestão)	24
Item 10 (Parte A – Conteúdo Geral do Anexo II da Decisão Normativa TCU nº 107, de 27 de outubro de 2010 conteúdo do Relatório de Gestão)	24
Item 11 (Parte A – Conteúdo Geral do Anexo II da Decisão Normativa TCU nº 107, de 27 de outubro de 2010 conteúdo do Relatório de Gestão)	24

Item 12 (Parte A – Conteúdo Geral do Anexo II da Decisão Normativa TCU nº 107, de 27 de outubro de 2010 conteúdo do Relatório de Gestão)	25
Item 13 - (Parte A – Conteúdo Geral do Anexo II da Decisão Normativa TCU nº107, de 27 de outubro de 2010 conteúdo do Relatório de Gestão)	25
Item 14 (Parte A – Conteúdo Geral do Anexo II da Decisão Normativa TCU nº 107, de 27 de outubro de 2010 conteúdo do Relatório de Gestão)	25
Item 15 (Parte A – Conteúdo Geral do Anexo II da Decisão Normativa TCU nº 107, de 27 de outubro de 2010 conteúdo do Relatório de Gestão)	26
Item 16 (Parte A – Conteúdo Geral do Anexo II da Decisão Normativa TCU nº 107, de 27 de outubro de 2010 conteúdo do Relatório de Gestão)	26
Item 17 (Parte A – Conteúdo Geral do Anexo II da Decisão Normativa TCU nº 107, de 27 de outubro de 2010 conteúdo do Relatório de Gestão)	26
PARTE B – INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO	27
Item 1 (Parte B – Informações Contábeis da Gestão, Anexo II da Decisão Normativa TCU nº. 107, de 27 de outubro de 2010 conteúdo do Relatório de Gestão).	27
ANEXOS.....	28
ANEXO A	28
ANEXO B	29
ANEXO C	30
ANEXO D	31
ANEXO E	32
ANEXO F.....	33
ANEXO G	35
ANEXO H	36
ANEXO I.....	37
ANEXO J	38
ANEXO L	39
ANEXO L	39
ANEXO M	42
ANEXO N	44
ANEXO O	45
ANEXO P.....	47
ANEXO Q.....	48
ANEXO R	49
ANEXO S.....	50
ANEXO T	51

ORGANOGRAMA FUNCIONAL

Competências das Unidades do Organograma Funcional [\(ANEXO T\)](#)



1. INTRODUÇÃO

O presente relatório atende DN TCU nº 107, de 27 de outubro de 2010 que dispõe acerca das unidades jurisdicionadas cujos responsáveis devem apresentar relatório de gestão referente ao exercício de 2010, especificando a organização, a forma, os conteúdos e os prazos de apresentação, nos termos do art. 3º da Instrução Normativa TCU nº 63, de 1º de setembro de 2010.

Sua apresentação segue Portaria - TCU Nº 277, de 7 de dezembro de 2010, que dispõe sobre orientações às unidades jurisdicionadas ao Tribunal quanto ao preenchimento dos conteúdos dos relatórios de gestão referentes ao exercício de 2010, nos termos do art. 4º, § 3º da DN TCU nº 107/2010.

As Orientações Complementares para Elaboração do Relatório de Gestão, Portaria N.º 2546, de 27 de dezembro de 2010, divulgada pela CGU, também foram seguidas na elaboração deste RG.

Não apresentamos os itens 6,12 e 14 da parte A – CONTEÚDO GERAL do Anexo II da DN TCU nº 107/2010, recomendados para a natureza jurídica de nossa UJ no item “b” do QUADRO A1 – RELACIONAMENTO ENTRE AS UNIDADES JURISDICIONADAS E OS CONTEÚDOS GERAIS E CONTÁBEIS DO RELATÓRIO DE GESTÃO, por não se aplicarem realidade da Unidade.

O Lanagro/PE é uma unidade descentralizada do MAPA pertencente à Rede Oficial de Laboratórios subordinada à CGAL vinculada à SDA. (Figura A-1 do Anexo).

Principais realizações da gestão no exercício:

1. Realização de Auditoria pelo INMETRO do Laboratório de Resíduos e Contaminantes Inorgânicos no parâmetro de Arsênio em carnes e do Sistema de Qualidade do Lanagro-PE objetivando Acreditação segundo a norma NBR ISO/IEC 17025:2005. Com o mesmo objetivo foi solicitada a auditoria na área de Diagnostico- Virologia (Elisa ABC e EITB) na metodologia para diagnostico sorológico de febre aftosa;
2. Início das atividades referentes a sorologia de febre aftosa onde foram recebidas aproximadamente 34.500 amostras objetivando o Programa Nacional de Controle e Erradicação da Febre Aftosa.
3. Todos os técnicos do setor de Diagnostico de Virologia foram treinados em laboratório de referencia- Centro Pan-americano de febre aftosa;
4. Mantida a Cooperação Técnica entre este Lanagro (setor de Bacteriologia) e o Instituto de doenças bacterianas e zoonoses da Alemanha para o diagnostico de mormo através das técnicas de Biologia Molecular, Proteômica e Fixação do Complemento;
5. Inclusão do Lanagro-PE, através do Laboratório de Microbiologia de Alimentos, para realizar ensaios de E. Coli O157:H7, em carnes objetivando atender o Programa FSIS / USDA;
6. Aquisição do equipamento de alta tecnologia denominado Riboprinter que utiliza informações baseadas no DNA que identifica e caracteriza patógenos possibilitando a formação de banco de dados de grande importância para a saúde pública;
7. Realização de reunião da Alta Direção desta UJ, e o corpo técnico objetivando avaliação crítica do exercício em tela realizada em 15 de dezembro de 2010, temos a destacar:
8. Administrativamente este Lanagro tem como processo de rotina aquisições através de Sistema de Registro de Preços -SRP , notificações de fornecedores que não atendem Procedimentos Licitatórios e reuniões quinzenais de alinhamento dos procedimentos administrativos;
9. Entrega definitiva da reforma do Laboratório de Microbiologia que permitiu a instalação de equipamentos de alta tecnologia e a manutenção do status de Provedor de Ensaios de Proficiência para avaliação da performance analítica dos laboratórios do MAPA oficiais, credenciados e reconhecidos;

10. Entrega definitiva da reforma e ampliação do estacionamento de veículos, que contempla melhoria da iluminação externa oferecendo visibilidade para vigilância, e do refeitório dos servidores proporcionando satisfação dos colaboradores da unidade.
11. Destacamos que as ações desenvolvidas por esta UJ contribuem de sobremaneira para a importância do agronegócio sendo periodicamente sendo auditado pelas missões internacionais permitindo que o país se mantenha na linha de frente como exportador de produtos cárneos.
12. Como principais dificuldades para a realização dos objetivos da UJ salientamos a carência de pessoal concursado na área administrativa e na área de apoio laboratorial. O contingenciamento dos recursos financeiros que rotineiramente vem ocorrendo nos meses iniciais do ano.

Projetos para o exercício 2011:

1. Conclusão dos Processos de Acreditação do Lanagro-PE pelo INMETRO segundo a norma ABNT NBR ISO/IEC 17025/2005 e ampliação de escopo na área de Resíduo com metodologias em validação;
2. Implantação e validação de método para determinação de avermectinas, na área de Resíduos de Medicamentos Veterinários, em leite e fígado bovinos, suínos, eqüídeos e aves, utilizando técnica de cromatografia líquida de alta eficiência-detector de fluorescência- CLAE/FL;
3. Estudos conclusivos para dotar o Lanagro-PE de um Laboratório Bioseguro NB3 para doenças virais;
4. No que tange a estrutura física podemos destacar as ações a serem realizadas com projetos já licitados: reforma na área física do Laboratório de Virologia, construção do Laboratório de Biologia Molecular, construção do estacionamento de veículos oficiais;
5. O Lanagro-PE apresentou CGAL Plano Operativo para 2011 de um quantitativo de amostras de 40.752 e 128.101 análises;
6. Validação e implantação, na área de Bebidas e Vinagres, de determinações por Cromatografia Líquida -HPLC das determinações quantitativas de edulcorantes sintéticos, conservantes e cafeínas em Bebidas Não Alcoólicas que denotam fraudes, conclusão da validação, e inclusão na rotina da determinação de Carbamato de Etila em Bebidas Alcoólicas;
7. Continuação da implantação do Sistema de Gestão Estratégica com a definição e implantação dos indicadores de desempenho.

PARTE A – CONTEÚDO GERAL

Item 1 -Identificação da UJ - Lanagro-PE

(Parte A – Conteúdo Geral do Anexo II da Decisão Normativa TCU nº 107, de 27 de outubro de 2010 conteúdo do Relatório de Gestão)

Quadro I – Identificação da UJ - Lanagro-PE

Poder e Órgão de vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento			Código SIORG: 000014
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Laboratório Nacional Agropecuário em Recife			
Denominação abreviada: Lanagro-PE			
Código SIORG: 72219	Código LOA: 22101		Código SIAFI: 130016
Situação: ativa			
Natureza Jurídica: Órgão da administração direta – Unidade descentralizada do MAPA			
Principal Atividade: Regulação e Fiscalização das Questões Econômicas na Agricultura; Federal, Estadual , Municipal			Código CNAE 8413-2
Telefones/Fax de contato:	(081)34416311	(081)34416311	(081)34416311
Endereço eletrônico: lanagro.gab.pe@agricultura.gov.br			
Página da Internet: http://www.agricultura.gov.br			
Endereço Postal: Rua Dom Manoel de Medeiros, S/N – Dois Irmãos CEP -52.171-030 – Recife/PE			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Decreto Presidencial nº. 5.351, de 21 de janeiro de 2005, publicado no DOU, de 24 de janeiro de 2005 substituído pelo Decreto 7.127, de 04 de março de 2010 ; Portaria Gabinete do Ministro Nº. 104, de 18 de abril de 2006, publicada no DOU nº. 75 de 19 de abril 2006.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Lei nº. 11.653, de 7 de abril de 2008			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Instrução Normativa nº 24 de 14 de julho de 2009, publicado no DOU de 22/07/2009 Instrução Normativa nº 28 de 25 de setembro de 2009, publicado no DOU de 28/09/2009 Instrução Normativa nº 42 de 16 de dezembro de 2009, publicado no DOU de 17/12/2009 Instrução Normativa nº 11 de 30 de abril de 2009, publicado no DOU de 04/05/2009Regras para análise de sementes/ Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Secretaria de Defesa Agropecuária. – Brasília : MAPA/ACS, 2009. 395p.Glossário ilustrado de morfologia / Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Secretaria de Defesa Agropecuária. – Brasília : MAPA/ACS, 2009. 406p. : Il. Color.; 21 cm.Manual de Análise Sanitária de Sementes / Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Secretaria de Defesa Agropecuária. – 1. ed., 1. reimpr. Ver. e atual. - Brasília : MAPA/ACS, 2009. 200p			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
130016	Laboratório Nacional Agropecuário em Pernambuco		
Gestões relacionadas às Unidades Jurisdicionadas			
Código SIAFI	Nome		
130016	Laboratório Nacional Agropecuário em Pernambuco		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFE da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão	
130016		00001	

**Item 2 - Informações sobre o planejamento e gestão orçamentária e financeira da unidade
(Parte A do Conteúdo Geral do Anexo II da Decisão Normativa TCU nº 107, de 27 de outubro de 2010 conteúdo do Relatório de Gestão)**

**2.a) Responsabilidades institucionais do Lanagro-PE
(Alínea “a” do item 2 do conteúdo geral da Parte A do Anexo II da DN TCU 107/2010)**

**2.a.I.) Competência
(Alínea “aI” do item 2 do conteúdo geral da Parte A do Anexo II da DN TCU 107/2010)**

De acordo com a Portaria 104, de 18 de abril de 2006 do MAPA, publicada no DOU nº. 75 de 19 de abril de 2006, aos Laboratórios Nacionais Agropecuários, compete promover o suporte laboratorial aos programas e ações de competência da Secretaria de Defesa Agropecuária, em especial:

- I. realizar estudos, ensaios, desenvolver e atualizar metodologias, bem como produzir e manter materiais de referência;
- II. realizar análises fiscais, periciais, monitoramento e de diagnóstico;
- III. garantir a implantação e implementação:
 - a) do sistema da garantia da qualidade, por meio de Unidades de Garantia da Qualidade - UGQ; e
 - b) da gestão integrada de biossegurança em laboratórios;
- IV. promover ações de divulgação das atividades laboratoriais e de realização de eventos;
- V. implementar, em consonância com a Coordenação-Geral de Apoio Laboratorial, da Secretaria de Defesa Agropecuária - CGAL/SDA, observadas as orientações específicas da Secretaria - Executiva, do Ministério:
 - a) elaboração de propostas para termos de parceria e de cooperação técnica com entidades públicas e privadas;
 - b) formulação e execução de programações operacionais, orçamentárias e financeiras; e
 - c) execução de atividades de administração geral.

Aos Laboratórios Nacionais Agropecuários compete, ainda, a prestação de suporte laboratorial às atividades de competência da Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo, da Secretaria de Produção e Agroenergia, bem como das Superintendências Federais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

**2.a.II) Objetivos Estratégicos
(Alínea “aII” do item 2 do conteúdo geral da parte A do Anexo II da DN TCU 107/2010)**

O Lanagro-PE desenvolve atividades visando garantir a segurança alimentar dos consumidores, nos aspectos de inocuidade, qualidade e identidade de produtos e subprodutos de origem animal e vegetal, qualidade de insumos agropecuários e promover a sanidade animal e vegetal.

As atividades de busca de fraudes que evita a lesão econômica ao consumidor como, a água de degelo em produtos cárneos, o excesso de soro no leite, a substituição de açúcares por edulcorantes sintéticos dentre outros constituem um dos focos deste Lanagro, como também prover análises e diagnósticos em apoio às ações de defesa, vigilância, fiscalização, para garantir a qualidade e sanidade animal e vegetal, dos produtos e dos insumos agropecuários.

Outra atividade importante são as auditorias internas que ocorrem de forma sistemática e, constitui uma ferramenta de grande valia para aferir as atividades nos aspectos de gestão e

qualidade analítica. Esta atividade espelha o diagnóstico situacional dos laboratórios onde são envolvidos exigências de calibração, contratos de manutenção preventivas e corretivas, reagentes com vigência da validade que levam a aplicação de recursos financeiros de grande monta oferecendo rastreabilidade e observância a Norma da ISO/ IEC 17025/2005.

O Lanagro-PE desenvolve atividades voltadas à pesquisa e validação de métodos analíticos, participação em testes de proficiência e controles intra e interlaboratoriais e treinamento e capacitação dos colaboradores.

É inevitável os percalços que isto ocasiona uma vez que envolver paralisação de atividades, transferência de equipamentos e insumos como vidrarias e reagentes. Demonstramos assim as dificuldades de fator limitante ao crescimento da UJ, o que foi vivenciado por alguns dos laboratórios desta unidade, soma-se a estes obstáculos a burocracia administrativa de processos licitatórios. Em todas as etapas sem o envolvimento dos servidores fica inviabilizado atingir o objetivo e vale mencionar que este envolvimento é o que vem estimulando a esta UJ a continuar a perseguir esta meta.

Dois são os PI's principais responsáveis pela viabilização das atividades deste Lanagro, quais sejam:

2132 – Funcionamento do Sistema Laboratorial de Apoio Animal (PI LABANIMAL);

2136 – Funcionamento do Sistema Laboratorial de Apoio Vegetal (PI LAVEGETAL).

Sublinhamos o fato de que, conforme acima destacado o Lanagro-PE está diretamente inserido no Programa 0356 nas suas Ações 2132 e 2136 porém suas atividades alimentam os objetivos dos Programas 0375 - Qualidade de Insumos e Serviços Agropecuários e 0357- Segurança da Sanidade na Agropecuária. Interação explicada na Figura A-1 Interação entre as ações de Funcionamento do Sistema de Apoio Laboratorial Animal e Vegetal do Lanagro-PE, os seus Processos Finalísticos e as Ações do PPA 2008-2011.

No sentido de atingir alguns dos objetivos pretendidos vale mencionar os sucessos e as ocorrências vividas na rotina como: a dinâmica dos avanços tecnológicos exige uma constante adequação de espaços físicos onde equipamentos de ponta devem ser instalados em condições específicas e que representam uma redução de tempo de trabalho, de índices de incerteza das medições, colocando as nossas metodologias em patamares de técnicas internacionais.

2.b) Estratégia de Atuação frente às responsabilidades institucionais (Alínea “b” do item 2 do conteúdo geral da Parte A do Anexo II da DN TCU 107/2010)

2.b.I) Análise do andamento do plano estratégico da unidade ou do órgão em que a unidade esteja inserida; (Alínea “b.I.” do item 2 do conteúdo geral da Parte A do Anexo II da DN TCU 107/2010)

O MAPA já tem a sua missão consolidada em seu plano estratégico e exaustivamente divulgada entre os seus servidores através de oficinas realizadas pela equipe da Gestão Estratégica MISSÃO DO MAPA:

“Promover o Desenvolvimento Sustentável e a Competitividade do Agronegócio em Benefício da Sociedade Brasileira”

Nesta missão inserimos o OBJETIVO DO LANAGRO, qual seja:

“Ser Excelente na Prestação de Serviços Laboratoriais para a Defesa Agropecuária”

Ou seja, executar e prover ações laboratoriais de excelência para apoiar a verificação e validação dos processos de defesa agropecuária.

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) iniciou o processo de elaboração e implantação da gestão estratégica em 2005, com a criação da Assessoria de Gestão Estratégica- AGE. Porém, ocorreram descontinuidades e o processo foi retomado em 2008. Em 2010 a CGAL, juntamente com a AGE, promoveu a Oficina de Direcionamento Estratégico da

Rede Laboratorial. Isto se fez necessário diante das peculiaridades das atividades da rede laboratorial que não apresentavam rebatimentos claros no mapa estratégico já elaborado.

Este Lanagro continua mantendo um técnico como multiplicador das ações recebidas da AGE, onde neste exercício foi dado ênfase a participação de todos os servidores em eventos pertinentes a esta unidade como fiscalização de contratos, incorporação de novos servidores, estagiários, dia do servidor público onde o tema foi divulgado de maneira enfática e hoje este órgão tem consciência que este assunto é irreversível.

Desta maneira destacamos a participação, durante este exercício, de representantes deste Lanagro em:

1. Ciclo de Palestras Gerencias – CGDP/AGE (teleconferências);
2. O Multiplicador do Lanagro -PE foi facilitador de nove oficinas da Mega Oficina do Mapa de Aprendizagem, realizadas em mutirão, na sede do MAPA em maio de 2010;
3. Participação da Coordenadora e da Multiplicadora na Oficina de Direcionamento Estratégico da Rede Laboratorial em junho de 2010;
4. Participação deste Lanagro na Oficina de Implantação do Processo de Gestão Estratégica nas SFAs em setembro - Planejamento das Reuniões de Análise Estratégica (RAE) das Superintendências Federais da Agricultura - SFA, vale salientar que o convite por parte da AGE foi direcionado aos Lanagros, Pernambuco e São Paulo diante da sua maior inserção ao contexto do Mapa Estratégico;
5. Repasse da Oficina de Planejamento das RAE's aos servidores da SFA-PE;
6. Participação de quatro servidores do Lanagro-PE no Curso de Elaboração de Projetos;
7. Repasse do Curso de Elaboração de Projetos aos servidores do Lanagro-PE
8. Realização de reuniões sobre contratos, recepção de novos servidores, reintegração de servidores CONAB, Dia do Servidor Público inserindo temas e apresentações da AGE;
9. Colocação da Placa com a Missão do MAPA, de forma destacada, em várias áreas do Lanagro- PE;
10. Reunião e envio de contribuição - Análise da Proposta de Objetivos Estratégicos da Rede LANAGRO - novembro

2.b.II.)Análise do plano de ação da unidade referente ao exercício a que se referir o relatório de gestão.

(Alínea “b.II” do item 2 do conteúdo geral da Parte A do Anexo II da DN TCU 107/2010)

O Lanagro-PE elabora um plano de ação operativo anual onde consta as ações físicas programadas, de todos os laboratórios, e acompanha mensalmente o atingimento das metas. Paralelamente para o atingimento das metas existem as ações administrativas que são responsáveis para propiciar a execução da parte técnica.

A coordenação do Lanagro-PE, em comum acordo com a Coordenação Geral de Apoio Laboratorial-CGAL vem através de reuniões e contatos formalizados através de documentos elaborar as solicitações financeiras imprescindíveis a consecução das ações.

Neste exercício com a entrega definitiva da reforma do setor de Físico química foi adquirido como prioridade todo o mobiliário necessário as execuções das atividades técnicas e administrativas, bem como a implantações das centrais e linhas de gases nobres, instalações de controle de acesso de pessoas através de cartões eletrônicos oferecendo a segurança indispensável ao setor. Corroborando esta segurança foi instalada em pontos estratégicos câmaras de vídeo para controle e vigilância dos acessos.

O setor de Diagnostico de Bacteriologia foi contemplado com a aquisição e instalação de bancadas analíticas necessárias ao bom desempenho das atividades. Ainda dando ênfase a melhoria de condições foi reformada a oficina onde são desempenhadas determinadas ações de manutenção preventiva e corretiva de equipamentos, ao lado desta oficina, para propiciar condições de conforto dos colaboradores foi reformado um ambiente onde os mesmos podem realizar suas refeições.

A atividade de arquivamento documental já necessitava de ambiente dotado de condições seguras para garantir a guarda no período definido em legislação.

No que tange ao Laboratório de Bacteriologia e de Sementes causou frustração a não execução dos projetos de reforma/obra programados devido às alterações processuais e de mudanças de prioridades.

Preocupados com a preservação ambiental, durante o exercício de 2010, com a desativação do forno crematório o local foi destinado a uma reforma que abrigasse as diversas formas de embalagem de descartes biológicos, pilhas e resíduos químicos. Com isto atendemos a recomendação da Comissão de Biossegurança deste Lanagro.

Com o constante aumento da necessidade de equipamentos de informática foi criada uma comissão constituída de servidores deste Lanagro com maior perfil na área, para gerenciamento da manutenção, localização e auxiliar na caracterização de bens da Tecnologia de Informação (TI). Vale ressaltar que esta comissão tem sido de grande utilidade, inclusive com a criação de soft de controle de insumos específicos de laboratório, como reagentes e vidraria, controle de pedidos de aquisição de bens online, estabelecimento de intranet do Lanagro-PE na rede interna do MAPA.

Ao longo de 2010 o Lanagro-PE manteve o foco perseguido desde 2009 de implantação da ABNT NBR ISO/IEC nº 17.025/ 2005, exigências do mercado externo que controla nosso desempenho através das freqüentes auditorias da Comunidade Européia ou dos Estados Unidos, por este motivo, finda a vigência do contrato de consultoria da Rede Metrológica do Rio Grande do Sul, foi elaborado novo processo e empenhado neste exercício para evitar a solução de descontinuidade.

No que tange a deficiência de pessoal o problema continua pela falta de pessoal concursado nas áreas administrativas e técnicas. Na tentativa de minimizar foi incorporado ao contingente de recursos humanos oito servidores da CONAB e os estagiários do CIEE continuam sendo uma ferramenta alternativa valiosa.

O Lanagro-PE vem realizando reuniões bimestrais com todos os repensáveis técnicos onde são avaliadas as ações realizadas e revistas as prioridades que auxiliam a gestão nas decisões a serem tomadas.

2. c) Programas de Governo sob a responsabilidade do Lanagro-PE: (Alínea “c” do item 2 do conteúdo geral A do Anexo II da DN TCU 107/2010)

2.c.I) Execução dos Programas de Governo sob a responsabilidade da unidade (Alínea “c.I” do item 2 do conteúdo geral da Parte A do Anexo II da DN TCU 107/2010)

Quadro - A.2.1 - Demonstrativo da Execução por Programa de Governo (Não se aplica a natureza jurídica da UJ)

Observações Relevantes:

A UJ não gerencia Programas do Governo apenas executa. As principais Ações do Programa 0396 que correspondem às metas executadas pelo Lanagro - PE são: a Ação- 2132/ Funcionamento do Sistema Laboratorial de Apoio Animal e Ação- 2136/Funcionamento do Sistema Laboratorial de Apoio Vegetal. O Lanagro-PE não é UJ responsável pela Coordenação Nacional das duas Ações.

Apresentamos anexo (Figura A.1), a interação entre as ações de Funcionamento do Sistema de Apoio Laboratorial Animal e Vegetal do Lanagro-PE, os seus Processos Finalísticos e as Ações do PPA 2008-2011 em que a UJ é executora.

2.c.II.) Execução física das ações realizadas pelo Lanagro-PE. (Alínea “c.II” do item 2 do conteúdo geral da Parte A do Anexo II da DN TCU 107/2010)

Quadro II - A.2.2 - Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2011
20	603	0356	2132	A	3	ensaio	72148	114528	84705
20	604	0356	2136	A	3	ensaio	42739	36943	43396

Legenda:

2132- Funcionamento do Sistema Laboratorial de Apoio Animal

2136- Funcionamento do Sistema Laboratorial de Apoio Vegetal

Fonte: Execução Física:SIPLAN que consideram ensaios desta UJ e de Laboratórios Credenciados**Análise crítica**

Amostras são consideradas os produtos que são recebidos para os ensaios com isto, fica-se muito na dependência de programas priorizados pelos clientes, o que ocorreu na área animal onde se apresenta um percentual de 58% maior do que programado, isto se deve a estudos de prevalência /inquéritos/ monitoramentos que foi realizado para determinar status sanitário do rebanho bovino brasileiro no que diz respeito a febre aftosa. Na área vegetal o atingimento de 86% do programado devido a mudança de legislação na área de bebidas importadas e a paralisação na área de sementes para se adequar a um novo fluxo de trabalho.

Este Lanagro encontra-se apto para atender a capacidade operacional definida em seu plano de trabalho.

2.d) Desempenho Orçamentário e Financeiro:
(Alínea “d” do item 2 do conteúdo geral da Parte A do Anexo II da DN TCU 107/2010)

Quadro III - A.2.3 - Identificação das Unidades Orçamentárias

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	22101	130101

OBSERVAÇÃO RELEVANTE

A gestão orçamentária do LANAGRO se dá por movimentação de crédito do Ministério da Agricultura.

2.d.I.)Execução Orçamentária das Despesas
(Alínea “d.I” do item 2 do conteúdo geral da Parte A do Anexo II da DN TCU 107/2010)

2.d.I.A) Quadro A.2.4 - Programação de Despesas Correntes
(Não se aplica a natureza jurídica da UJ)

2.d.I.B) Quadro A.2.5 - Programação de Despesas de Capital
(Não se aplica a natureza jurídica da UJ)

2.d.I.C) Quadro A.2.6 - Quadro Resumo da Programação de Despesas
(Não se aplica a natureza jurídica da UJ)

2.d.I.D) Quadro IV - A.2.7-Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa. [\(ANEXO A\)](#)

Análise crítica

Do total dos recursos recebidos considerando despesas correntes e de capital 74% foi da área animal e 26% da área vegetal, porém no que tange a despesas de capital os recursos recebidos em ambas as áreas se aproximaram havendo superação de apenas 20% na área animal.

Com os recursos das despesas de capital foi impactante para a aquisição de equipamentos para dotar os diversos laboratórios com equipamentos de ponta uma vez que eles agilizam as análises tornando-as mais precisas e corroborando com menor número de pessoas envolvidas no processo.

2.d.II) Execução Orçamentária da Despesa

(Alínea “dII” do item 2 do conteúdo geral da Parte A do Anexo II da DN TCU 107/2010)

2.d.II.1) Execução Orçamentária de Créditos originários da UJ;

2.d.II.1.a) Quadro A.2.8 - Despesas por Modalidade de Contratação

(Não se aplica a natureza jurídica da UJ)

2.d.II.1.b) Quadro A.2.9 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa

(Não se aplica a natureza jurídica da UJ)

2.d.II.1.c) Quadro A.2.10 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa

(Não se aplica a natureza jurídica da UJ)

2.d.II.2) Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação

2.d.II.2.a.) Quadro V - A.2.11 Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação;

Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2009	2010	2009	2010
Licitação				
Convite	74.851,46	0,00	40.637,78	0,00
Tomada de Preços	601.559,15	241.725,05	303.137,18	35.751,97
Concorrência	0,00	0,00	0,00	0,00
Pregão	4.205.308,51	5.999.426,61	2.339.563,51	2.887.700,30
Concurso	0,00	0,00	0,00	0,00
Consulta	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratações Diretas				
Dispensa	685.196,55	766.587,06	582.990,87	681.830,60
Inexigibilidade	154.409,30	1.291.139,46	86.818,71	566.447,57
Regime de Execução Especial				
Suprimento de Fundos	16.226,39	2.242,41	16.226,39	2.242,41
Pagamento de Pessoal				
Pagamento em Folha	0,00	0,00	0,00	0,00
Diárias	105.206,10	138.994,93	105.206,00	138.994,93
Outras	62.227,65	7.967,25		

Fonte: SIAFI OPERACIONAL 2009 / 2010.

Análise crítica

Em relação a despesas liquidadas no presente exercício os recursos financeiros foram aplicados em quase sua totalidade 96% em aquisições /serviços na modalidade licitatória denominada Pregão.

Em relação às despesas pagas verifica-se que em 2009 as modalidades convite e tomadas de preços, todos os recursos envolvidos foram pagos porem no que tange aos recursos não pagos em 2010 será objeto de comentários no **Quadro A.4.1** - Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores.

Do montante alocado como pago em 2010 conclui-se que ficou um valor considerável para ser pago em 2011, isto se explica devido ao número de processos licitados no ultimo trimestre do corrente ano.

Dado a complexidade nas aquisições de uma unidade Laboratorial, no caso o Lanagro – PE temos fatores específicos para atender a demanda de determinados processos como aquisições de insumos importados e aquisições de baixo valor que nos levam a adotar o Processo Licitatorio denominado Dispensa, principalmente por termos tomado a decisão de diminuir drasticamente as aquisições por Suprimento de Fundos.

Os recursos aplicados como inexigibilidade foram considerados as manutenções de equipamentos de empresas de exclusividade devidamente comprovadas, processos indispensáveis as Acreditações do Laboratório, despesas com serviços essenciais com serviço prestado como órgão do governo, alem de processos de aquisições de insumos de organismo de referencia internacional.

Vale ressaltar que os processos de aquisição/serviços desta unidade são todos encaminhados à Consultoria Jurídica da União no estado de Pernambuco - CJU-PE (antigo NAJ-PE) para parecer jurídico.

Como já foram mencionados os recursos aplicados em suprimento de fundo teve uma redução considerável, no entanto continuamos achando que é uma ferramenta indispensável, devido a natureza da UJ.

Os deslocamentos são originários de convocações feitas pelo órgão central (CGAL) sendo que, alguns dizem respeito a participação de treinamentos que quando começam na segunda feira e terminam na sexta feira, de acordo com os horários envolvidos, requerem diárias domingo ou sábado. Os recursos mencionados em diária dizem respeito aos elementos de despesas “14” e “36” diárias com pessoal civil e colaboradores eventuais no País, respectivamente.

Os recursos constantes na coluna de “outras” referem-se a despesas liquidadas e pagas, restituições, contribuições previdenciárias de recolhimento de pessoa física, taxas, seguro obrigatório e despesas de exercício anterior.

2.d.II.2.b.) Quadro VI - A.2.12 Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação (ANEXO B)

Análise crítica

Foi considerada por ordem decrescente a aplicação dos recursos financeiros deste Quadro, onde o maior volume aplicado foi em material de consumo justificado com aquisição principalmente dos insumos vidrarias e reagentes corroborado pela pequena aquisição adquirida em 2009.

A mão de obra diz respeito preponderantemente aos contratos de limpeza e vigilância armada indispensáveis ao funcionamento da UJ. No que tange ao elemento 339039 os recursos financeiros foram aplicados em sua quase totalidade em contratos onde as manutenções corretivas e preventivas e as calibrações de equipamentos são preponderantes.

Quanto aos demais elementos para fins de melhor entendimento mencionamos a seguir:

Diárias	R\$ 132.262,99
Passagens	R\$ 165.669,63

Serviços de consultoria	R\$ 153.116,65
Serviço de terceiros pessoa física	R\$ 16.124,94
Exercício anterior	R\$ 79.976,02
Ressarcimento	R\$ 937,02
Impressão nacional e radiobras	R\$ 24.000,00
Contribuição previdenciária sobre serviço de terceiros-pessoa física	
TOTAL	R\$ 576.465,85

Da despesa empenhada referente a exercício anterior R\$ 78.385,96 refere-se as notas fiscais entregues em tempo não hábil devido a notas fiscais de dois contratos de manutenção de equipamentos que foram devidamente executadas e reconhecidas pelos fiscais de contratos envolvidos e não foram entregues em tempo oportuno

As despesas liquidadas são aquelas, como são do conhecimento, faturadas e apropriadas no Sistema SIAFI.

Quanto aos Restos a pagar não processados são aqueles que não foram liquidados onde o valor lançado como material de consumo está num valor considerável em virtude das aquisições efetuadas no ultimo trimestre do ano. Devido o contingenciamento de recursos financeiros o volume considerável de aplicação é no segundo semestre do ano o que trás como consequência poucos valores pagos no ano analisado o que implica em valores consideráveis em restos a pagar para o ano subsequente.

2.d.II.2.c.) Quadro VII - A.2.13 Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação [\(ANEXO C\)](#)

Análise crítica

Conforme já foi mencionado anteriormente o volume maior de recursos financeiros é liberado no ultimo quadrimestre do ano, o que dificulta a sua aplicação trazendo como consequência a entrega do material em meados do ano seguinte e assoberbar a equipe administrativa, já com deficiente quantitativo e comprometida com as aquisições /serviços indispensáveis a manutenção do laboratório. Dos recursos aplicados em material permanente apenas 27% foi liquidado no exercício, sendo pago 57% do liquidado deixando um valor considerável em restos apagar para o exercício seguinte.

Comparando os valores empenhados entre 2009 e 2010 tivemos um aumento considerável na liberação de permanente, um aumento de 56%, o que vem impactar na melhoria de substituição de equipamentos obsoletos e a aquisição de novos para acompanhar a evolução tecnológica.

Com relação as obras comparando os recursos empenhados em 2009 com o de 2010 temos que apenas 36% foi empenhado no ano em tela, o que pode se explicar pelas obras que estavam em andamento do exercício anterior que requerem um grande controle alem do que ocorre com a necessidade de armazenamento do desmonte do laboratório a ser objeto de nova obra, alem da avaliação das atividades a serem paralisadas.

Somente 15% dos recursos recebidos em obra foram empenhados no ano 2010, isto se deve porque a tomada de preço referente a obra foi realizada na segunda quinzena de dezembro.

2.d.III) Indicadores Institucionais

(Alínea “dIII” do item 2 do conteúdo geral Parte A do Anexo II da DN TCU 107/2010)

A execução das ações de funcionamento do Sistema de Apoio Laboratorial Animal e Vegetal se dá através dos Processos Finalísticos Internos do Lanagro-PE conforme a Figura A.2.[\(ANEXO O\)](#), que interagem com Ações distribuídas entre Programas Intra-setoriais do PPA 2008-2011, conforme a Figura A.1. [\(ANEXO N\)](#) constante do Anexo.

Um Processo Finalístico representa um conjunto de atividades específicas, logicamente inter-relacionadas, organizadas com a finalidade de transformar insumos e produzir certificados oficiais de análises e/ou resultados de diagnósticos de doenças, testes de vacinas.

Essas atividades baseiam-se no atendimento às necessidades dos serviços dos clientes (SIPAG, SEDESA, SEFAG) e programas de governo (0356-Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas, 0357-Segurança da Sanidade na Agropecuária, 0375-Qualidade de Insumos e Serviços Agropecuários).

O desempenho do Lanagro -PE será apresentado separadamente, categorizado nas Áreas de Apoio Laboratorial Animal e Vegetal, e Apoio Laboratorial Geral, tendo como indicadores a relação entre o efetivo de unidades laboratoriais (programadas, recebidas e realizadas) e os recursos financeiros (programados, recebidos e utilizados) em sua execução. Apresentamos nas tabelas abaixo três indicadores:

Tabela 1 - Indicador de Eficácia; [\(ANEXO D\)](#)

Tabela 2 - Indicador de Eficiência [\(ANEXO E\)](#) ; e

Tabela 3 - Indicador de Efetividade. [\(ANEXO F\)](#)

Item 3 - Informações sobre o reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos

(Parte A Conteúdo Geral do Anexo II da Decisão Normativa TCU nº 107, de 27 de outubro de 2010 conteúdo do Relatório de Gestão)

(Não ocorreu no período do exercício)

Item 4 - Informações sobre a movimentação e os saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores.

(Parte A – Conteúdo Geral do Anexo II da Decisão Normativa TCU nº 107, de 27 de outubro de 2010 conteúdo do Relatório de Gestão)

4.1.) Pagamentos e cancelamentos de Restos a Pagar de exercícios anteriores

Quadro VIII - A.4.1 - Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2010
2009	216.290,81	3.003,00	213.287,81	0,00
2008	293.340,47	0,00	293.340,47	0,00
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2010
2009	2.753.122,11	160.350,18	2.592.771,93	0,00
2008	2.133.461,90	101.991,42	2.031.470,48	0,00
Observações:				

Fonte: SIAFI 2010 (CONORC)

Análise Crítica

Esta UJ tem se preocupado com a permanência de restos a pagar que possa implicar em alguma não conformidade, valendo mencionar que não há restos a pagar de exercícios anteriores sem que o Decreto que rege a matéria tenha acompanhado a sua publicação e, isto tem reforçado o controle interno da sua execução. A estratégia adotada por tanto é o acompanhamento para liquidar

o mais rápido possível este tipo de recurso financeiro. Conforme pode ser observado no quadro acima não há saldo em restos a pagar para os exercícios objeto de análise.

Item 5 - Informações sobre recursos humanos da unidade, contemplando as seguintes perspectivas:

(Parte A – Conteúdo Geral do Anexo II da Decisão Normativa TCU nº 107, de 27 de outubro de 2010 conteúdo do Relatório de Gestão)

5.a.) Composição do quadro de servidores ativos

(Alínea “a” do item 5 do conteúdo geral da Parte A do Anexo II da DN TCU 107/2010)

(demonstrada nos cinco Quadros seguintes)

5.a.1) Quadro IX - A.5.1 - Composição do Quadro de Recursos Humanos – Situação apurada em 31/12/2010

Tipologias dos Cargos		Lotação		Ingressos em 2010	Egressos em 2010
		Autorizada	Efetiva		
1	Provimento de cargo efetivo				
1.1	Membros de poder e agentes políticos				
1.2	Servidores de Carreira				
1.2.1	Servidor de carreira vinculada ao órgão		37		1
1.2.2	Servidor de carreira em exercício descentralizado				
1.2.3	Servidor de carreira em exercício provisório				
1.2.4	Servidor requisitado de outros órgãos e esferas		23	8	
1.3	Servidores com Contratos Temporários				
1.4	Servidores Cedidos ou em Licença				
1.4.1	Cedidos		1		
1.4.2	Removidos				
1.4.3	Licença remunerada				
1.4.4	Licença não remunerada				
2	Provimento de cargo em comissão				
2.1	Cargos Natureza Especial				
2.2	Grupo Direção e Assessoramento superior				
2.2.1	Servidor de carreira vinculada ao órgão		4		
2.2.2	Servidor de carreira em exercício descentralizado				
2.2.3	Servidor de outros órgãos e esferas				
2.2.4	Sem vínculo		1		
2.2.5	Aposentado				
2.3	Funções gratificadas				
2.3.1	Servidor de carreira vinculada ao órgão		6		
2.3.2	Servidor de carreira em exercício descentralizado				
2.3.3	Servidor de outros órgãos e esferas				
3	Total		72	8	1

Fonte: Pasta Funcional dos Servidores

5.a.2) Quadro X - A.5.2 - Composição do Quadro de Recursos Humanos por faixa etária - Situação apurada em 31/12/2010

Tipologias do Cargo	Faixa Etária (anos)				
	Até 30	De 31 a 40	De 41 a 50	De 51 a 60	Acima de 60
1.Provimento de cargo efetivo					
1.1.Membros de poder e agentes políticos					
1.2.Servidores de Carreira		7	14	11	7
1.3.Servidores com Contratos Temporários					
1.4.Servidores Cedidos ou em Licença					
2.Provimento de cargo em comissão					
2.1.Cargos de Natureza Especial					
2.2.Grupo Direção e Assessoramento Superior		2	1	1	1
2.3.Funções gratificadas			4	2	

Fonte: Pasta Funcional dos Servidores

5.a.3) Quadro XI - A.5.3 - Composição do Quadro de Recursos Humanos por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12/2010

Tipologias do Cargo	Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de cargo efetivo									
1.1. Membros de poder e agentes políticos									
1.2. Servidores de Carreira				2	12	7	5	9	4
1.3. Servidores com Contratos Temporários									
1.4. Servidores Cedidos ou em Licença									
2. Provimento de cargo em comissão									
2.1. Cargos de Natureza Especial									
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior					1		1	2	1
2.3. Funções gratificadas					4		1		1

LEGENDA:
Nível de Escolaridade: 1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado; 10 - Não Classificada.

Fonte: Pasta Funcional dos Servidores

**5.b.) Composição do quadro de servidores inativos e pensionistas
(Alínea “b” do item 5 do conteúdo geral da Parte A do Anexo II da DN TCU 107/2010)**

Quadro A.5.4 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31/12/2010

(Não ocorreu no período do exercício) Os Recursos Humanos da UJ é gerenciado/executado pela Superintendência Federal da Agricultura em Pernambuco.

Quadro A.5.5 - Composição do Quadro de Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12/2010

(Não ocorreu no período do exercício) Os Recursos Humanos da UJ é gerenciado/executado pela Superintendência Federal da Agricultura em Pernambuco.

**5.c.) Composição do quadro de estagiários
(Alínea “c” do item 5 do conteúdo geral A do Anexo II da DN TCU 107/2010)**

Quadro XII - A.5.6 - Composição do Quadro de Estagiários

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Custo do exercício (Valores em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
Nível superior					
Área Fim	6	6	5	6	42.250,40
Área Meio	1	1	1	1	7.070,00
Nível Médio					
Área Fim					
Área Meio	1	1	1	1	3.697,13

Fonte: Planilhas de custos dos estagiários.

Observação Relevante:

Quanto aos estagiários temos a informar que até agosto de 2008 seus custos eram ônus para esta UJ, porém com a publicação da Lei 11.788 de 2008 todos os estagiários foram incluídos no SIAPE e são ligados direto ao órgão central em Brasília, o seu pagamento.

Os estagiários, da mesma forma que os servidores estatutários lotados no Lanagro-PE têm as

seus custos gerenciadas pela Superintendência Federal da Agricultura em Pernambuco onde, para o preenchimento do **Quadro XII A.5.6.** acima, o Lanagro-PE solicitou as planilhas de custos dos mesmos.

**5.d.) Custos associados à manutenção dos recursos humanos;
(Alínea “d” do item 5 do conteúdo geral A do Anexo II da DN TCU 107/2010)**

Quadro XIII - A.5.7 - Quadro de custos de recursos humanos nos exercícios de 2008, 2009 e 2010. [\(ANEXO G\)](#)

Análise Crítica

O contingente de recursos humanos de pessoal efetivo apresenta-se em termos numéricos muito abaixo da necessidade o que é evidenciado pela falta de concurso público para prover de servidores de carreira, o que é fundamental para garantir ao longo do tempo uma maior eficiência ao trabalho garantindo de maneira decisiva a permanência na unidade do potencial humano investido, fator fundamental em área laboratorial que há necessidade de se acompanhar o desenvolvimento tecnológico internacional.

No entanto, vale salientar que a qualificação apresenta-se em um patamar muito bom, uma vez que, de 31 pessoas de nível superior 35,48% são Mestres, 19,35% são Doutores e 22,58% são Especialistas sedo que do total de Mestres quatro estão concluindo Doutorado.

Do quadro de efetivo de nível médio temo apenas 15 servidores dos quais, um é motorista, um é vigilante, um outro é telefonista e dois são auxiliares de atividades agropecuário. Com esse quadro fomos compelidos a aceitar em 2009 funcionários da CONAB com uma faixa etária superior a 55 anos e em 2010 oito com uma faixa média acima de 50 anos.

Os estagiários constituem uma categoria de grande ajuda na área laboratorial necessitaríamos de um número maior porem somos restringidos pelos procedimentos regimentais. Em colaboração com um órgão estadual, a Agencia de Desenvolvimento Agropecuário –ADAGRO temos cinco estagiário sem nenhum custo para esta UJ.

Desta apresentação acima se lançou mão de terceirização especifica apresentadas nos **Quadros XVI A.5.9 e Quadro XVII A.5.10** o que agrega um grande valor ao desempenho das atividades.

Os servidores estatutários lotados no Lanagro-PE têm as suas fichas funcionais gerenciadas pela Superintendência Federal da Agricultura em Pernambuco onde, para o preenchimento do **Quadro XIII A.5.7.** acima, o Lanagro-PE solicitou as fichas financeiras dos mesmos.

**5.e.) Locação de mão de obra mediante contratos de prestação de serviços;
(Alínea “e” do item 5 do conteúdo geral A do Anexo II da DN TCU 107/2010)**

Quadro XV A.5.8 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva [\(ANEXO H\)](#)

Quadro XVI A.5.9 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra [\(ANEXO I\)](#)

Quadro XVII A.5.10 – Distribuição do pessoal Contratado Mediante Contrato de Prestação de Serviço Com Locação de Mão de Obra

Serviço Com Locação de Mão de Obra			
Identificação do Contrato	Área	Qtd.	Unidade Administrativa
1/2009(GDM)	1	11	Lanagro/PE
21/2007(VR)	1	6	Lanagro/PE
02/2005 (HIDELMA)	4	3	Lanagro/PE
15/2009 (JMF)	4	3	Lanagro/PE
<u>LEGENDA</u>			
Área:			
1. Apoio Administrativo Técnico e Operacional;		6. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes;	
2. Manutenção e Conservação de Bens Imóveis;		7. Higiene e Limpeza;	
3. Serviços de Copa e Cozinha;		8. Vigilância Ostensiva;	
4. Manutenção e conservação de Bens Móveis;		9. Outras.	
5. Serviços de Brigada de Incêndio;			

Fonte: Responsável pelo Setor de Contratos

5.f.) Indicadores gerenciais sobre recursos humanos

(Alínea “f” do item 5 do conteúdo geral A do Anexo II da DN TCU 107/2010)

(Não ocorreu no período do exercício.)

Observação Relevante:

Durante o exercício de 2011 já se tem identificado alguns indicadores a serem implantados.

CONTRATO CELEBRADO A NÍVEL NACIONAL:

Há um contrato de prestação de serviço técnicos especializado celebrado entre a União Federal por intermédio do MAPA e a Fundação de Pesquisa do Agronegócio / FUNDEPAG, através do contrato 221011045/2008, com o seguinte quantitativo neste Lanagro-PE: Médio 08, Técnico 23 e Superior 08.

Item 6 (Parte A – Conteúdo Geral do Anexo II da Decisão Normativa TCU nº 107, de 27 de outubro de 2010 conteúdo do Relatório de Gestão)

Informação sobre as transferências mediante convênio, contrato de repasse, termo de parceria, termo de cooperação, termo de compromisso ou outros acordos, ajustes ou instrumentos congêneres, vigentes no exercício de referência.

(Não se aplica a natureza jurídica da UJ)

Item 7 (Parte A – Conteúdo Geral do Anexo II da Decisão Normativa TCU nº 107, de 27 de outubro de 2010 conteúdo do Relatório de Gestão)

Apresentamos a Declaração da área responsável atestando que as informações referentes a contratos e convênios ou outros instrumentos congêneres estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010 ([ANEXO J](#))

Item 8 (Parte A – Conteúdo Geral do Anexo II da Decisão Normativa TCU nº 107, de 27 de outubro de 2010 conteúdo do Relatório de Gestão)

O Lanagro-PE encaminha anualmente para a Superintendência da Agricultura do estado de Pernambuco, responsável pelo gerenciamento do seu Recursos Humanos, as declarações dos impostos de renda de quem tem função gratificada.

Item 9 (Parte A – Conteúdo Geral do Anexo II da Decisão Normativa TCU nº 107, de 27 de outubro de 2010 conteúdo do Relatório de Gestão)

TABELA 4. Aspectos do sistema de controle interno [\(ANEXO L\)](#)

Item 10 (Parte A – Conteúdo Geral do Anexo II da Decisão Normativa TCU nº 107, de 27 de outubro de 2010 conteúdo do Relatório de Gestão)

Informações quanto à adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, materiais de tecnologia da informação (TI) e na contratação de serviços ou obras, tendo como referência a Instrução Normativa nº 1/2010 e a Portaria nº 2/2010, ambas da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e informações relacionadas à separação de resíduos recicláveis descartados em conformidade com o Decreto nº 5.940/2006.

TABELA 5-Aspectos sobre a gestão ambiental [\(ANEXO M\)](#)

Item 11 (Parte A – Conteúdo Geral do Anexo II da Decisão Normativa TCU nº 107, de 27 de outubro de 2010 conteúdo do Relatório de Gestão)

Informações sobre a gestão do patrimônio imobiliário de responsabilidade da UJ, classificado como “Bens de Uso Especial”, de propriedade da União ou locado de terceiros.

A área atualmente ocupada pelo Laboratório Nacional Agropecuário - LANAGRO / PE, Horto Zoobotânico, Companhia Pernambucana de Saneamento e Abastecimento - COMPESA, Laboratório Farmacêutico do Estado de Pernambuco – LAFEPE, Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE, e as inúmeras invasões residenciais foi adquirida, em 1912, pelo Governo do Estado de Pernambuco a Companhia Beberibe.

No período de 1944 – 1945, em parte da área pertencente ao Governo do Estado de Pernambuco, foi construído o edifício que passou a albergar a Regional de Defesa Sanitária Animal do Ministério da Agricultura, atual LANAGRO-PE.

Até o momento atual, não foi possível localizar a documentação, em que a Secretaria de Agricultura cedia parte da área de sua propriedade para utilização e construção do prédio da Inspetoria Regional de Defesa Sanitária Animal do Ministério da Agricultura.

Conforme apurado, a possível documentação de cessão do terreno ao Ministério da Agricultura, por parte da Secretaria de Agricultura Indústria e Comércio de Pernambuco, teria sido destruída nos arquivos da SAg, por ocasião das grandes cheias que atingiram o Recife na década de 60.

Lei nº 2524 de 04.07.1955, assinada pelo então Presidente da República, João Café Filho, por ocasião da federalização da Universidade Rural de Pernambuco, incorporou ao patrimônio nacional, independentemente de qualquer indenização, mediante inventário e escritura pública, todos os direitos, bens imóveis, móveis, e semoventes, da Escola Superior de Agricultura, e da Escola Superior de Veterinária, na época pertencente à Secretaria de Agricultura Indústria e Comércio de Pernambuco.

Na referida lei não há indicativos da incorporação dos bens da antiga Inspetoria Regional de Defesa Sanitária Animal para o Ministério da Educação, fato que não poderia ocorrer, haja vista que este órgão do Ministério da Agricultura não fazia parte do patrimônio da Universidade.

Assim no período de 1955 a 1967, as instituições de ensino e a Inspetoria de Defesa conviveram, apesar de finalidades distintas, sob mesmo comando, o do Ministério da Agricultura, porém, a partir de maio de 1967 as Escolas de Veterinária e Agronomia passaram para a esfera do Ministério da Educação.

É fato real, que o Ministério da Agricultura, através do Laboratório Nacional Agropecuário, não dispõe da documentação inerente a área ocupada desde a década de 40.

Durante ano de 2011 o Lanagro-PE buscará junto aos órgão envolvidos iniciar um processo de legalização da sua área física.

Item 12 (Parte A – Conteúdo Geral do Anexo II da Decisão Normativa TCU nº 107, de 27 de outubro de 2010 conteúdo do Relatório de Gestão)

Informações sobre a gestão de tecnologia da informação (TI) da UJ, contemplando os seguintes aspectos:

(Não se aplica a natureza jurídica da UJ)

Observação Relevante:

As tecnologias de TI da UJ são gerenciadas pela Coordenação Geral de Tecnologia da Informação - CGTI do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

A UJ mantém uma Central de Processamento de Dados - CPD para dar suporte técnico aos computadores e impressoras em uso na UJ. A UJ mantém uma Comissão de Informática constituída por servidores com expertise comprovada com a finalidade de distribuição racional das estações de trabalho dentro da UJ, avaliação das necessidades de upgrades das estações, manutenção da segurança das informações através de backups sistemáticos, dentre outras atividades correlatas.

Item 13 - (Parte A – Conteúdo Geral do Anexo II da Decisão Normativa TCU nº107, de 27 de outubro de 2010 conteúdo do Relatório de Gestão)

Informações sobre a utilização de cartões de pagamento do governo federal, observando-se as disposições dos Decretos nºs 5.355/2005 e 6.370/2008:

No exercício em tela foram elaborados cinco Processos referentes a suprimentos dos quais dois foram para atender o Serviço Laboratorial Avançado do Ceará / SLAV-CE um em consumo no valor de R\$ 1.000,00 aplicando R\$ 900,62 todos em insumos de pequenos valores e máximas necessidades e dentro da legislação pertinente e outro em serviço no valor de R\$ 800,00 aplicando R\$ 766,20. No Processo de serviço houve um saque no valor de R\$ 30,00 devidamente comprovado por não haver quem trabalhasse com cartão de credito sendo a despesa indispensável.

Dos três restantes todos foram para motorista dos quais dois foram cancelados e apenas um no valor de R\$ 1.000,00 foi utilizado no valor de R\$ 575,59 para abastecimento de combustível no veículo.

Item 14 (Parte A – Conteúdo Geral do Anexo II da Decisão Normativa TCU nº 107, de 27 de outubro de 2010 conteúdo do Relatório de Gestão)

Informações sobre Renúncia Tributária, contendo declaração do gestor de que os beneficiários diretos da renúncia, bem como da contrapartida, comprovaram, no exercício, que estavam em situação regular em relação aos pagamentos dos tributos juntos à Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRFB, ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS e à Seguridade Social.

(Não se aplica a natureza jurídica da UJ)

Item 15 (Parte A – Conteúdo Geral do Anexo II da Decisão Normativa TCU nº 107, de 27 de outubro de 2010 conteúdo do Relatório de Gestão)

(Não ocorreu no período do exercício.)

Item 16 (Parte A – Conteúdo Geral do Anexo II da Decisão Normativa TCU nº 107, de 27 de outubro de 2010 conteúdo do Relatório de Gestão)

(Não ocorreu no período do exercício.)

Item 17 (Parte A – Conteúdo Geral do Anexo II da Decisão Normativa TCU nº 107, de 27 de outubro de 2010 conteúdo do Relatório de Gestão)

No ano de 2010 consideramos a aplicação financeira de aproximadamente nove milhões (R\$ 9.000.000,00), um valor considerável, uma vez que temos poucos servidores na área administrativa e com a constante capacitação e, isto se reflete na otimização da aplicação do recurso financeiro.

A utilização do Pregão, requerendo preços de referencia que são obtidos no mercado, é uma etapa onde se observa um sobre preço considerável. O processo para ser concluído e enviado ao setor jurídico necessita da comprovação de certificação de credito. A certificação do credito tem um valor estimado que não corresponde a realidade quando o Pregão é concluído, pois, as propostas recebidas não refletem em sua maioria os preços praticados no mercado. Este fato é considerado um gargalo limitando as diversas aquisições/serviços principalmente no ultimo trimestre do ano.

Por outro lado a Licitação na modalidade de Pregão Eletrônico indiscutivelmente promoveu redução de custos para esta UJ, pois, durante o exercício foram executados 62 Pregões com valores estimados em R\$ 7.651.046,03 sendo finalizado no valor de R\$ 5.010.164,03 sendo obtido um percentual de economia de 34,52% vale salientar que do total informado 13 Pregões apresentaram economia superior a 50%.

PARTE B – INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO

Item 1 (Parte B – Informações Contábeis da Gestão, Anexo II da Decisão Normativa TCU nº. 107, de 27 de outubro de 2010 conteúdo do Relatório de Gestão).

Declaração do Consultor [\(ANEXO S\)](#)

Quadro XX B.1.1 - Declaração Plena do Contador

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
DECLARAÇÃO COM RESSALVA			
Denominação completa (UJ):		Código da UG:	
LABORATORIO NACIONAL AGROPECUARIO/PE		130016	
Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante a: a) CONTA COM IMPROPRIEDADE: 14290.00.00 Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.			
Local	Brasília, DF	Data	31 DE DEZEMBRO DE 2010.
Contador Responsável	Alberto Jerônimo Pereira	CRC nº.	006624/T – GO

-----FIM-----

ANEXOS

ANEXO A Quadro IV - A.2.7-Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa.

Valores em R\$ 1,00

Despesas Correntes						
Natureza da Movimentação de Crédito	UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes	
Interna	Concedidos	-	-	-	-	
	Recebidos	130001	013833- Implantação do processo de gestão est – nacional (AGE)	-	-	9.856,56
		130002	001481- Administração da Unidade (ADMSEDE1)	-	-	3.464,70
		130007	001500- Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes (FISFECOI)	-	-	4.902,50
		130007	001502- Fiscalizacao de sementes e mudas - Nacional (FISCALSEM1)	-	-	17.295,82
		130002	001514- Capacitação de servidores públicos FE- Nacional (CAPACITA1)	-	-	2.622,40
		130007	001567- Funcionamento do Sist. Laboratorial de Apoio Vegetal (LAVEGETAL)	-	-	1.354.234,04
		130007	001574- Funcionamento do Sist. Laboratorial de Apoio Animal (LABANIMAL)	-	-	2.384.970,34
		130007	001586- Controle de resíduos e contaminantes – Nacional (RESIDUOS)	-	-	5.516,08
		130007	020825- Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Animal (INSPANIMAL3)	-	-	22.885,34
		130007	020853- Erradicação da Febre Aftosa (FEBREAFTOS)	-	-	355.257,88
		130007	020853- Erradicação da Febre Aftosa (FOCEM1)	-	-	190.000,00
		130007	020853- Erradicação da Febre Aftosa (FOCEM2)	-	-	186.496,60
		130007	020854- Prevenção, controle e erradicação de Doenças dos Animais (PCEANIMAL)	-	-	167.561,50
		130007	020854- Prevenção, controle e erradicação de Doenças dos Animais (ERPCEANIMAL)	-	-	2.191.784,76
Externa	Concedidos	-	-	-	-	
	Recebidos	-	-	-	-	
Despesas de Capital						
Natureza da Movimentação de Crédito	UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	4 – Investimentos	5- Inversões Financeiras	6 – Outras Despesas de Capital	
Interna	Concedidos	-	-	-	-	
	Recebidos	130007	001567- Funcionamento do Sist. Laboratorial de Apoio Vegetal (LAVEGETAL)	827.724,11	-	-
		130007	001574- Funcionamento do Sist. Laboratorial de Apoio Animal (LABANIMAL)	820.868,96	-	-
		130007	020850- Prevenção, Controle e Erradicação de Pragas dos Vegetais (ERPCEVEGETA)	202.097,54	-	-
		130007	020854- Prevenção, controle e erradicação de Doenças dos Animais (ERPCEANIMAL)	386.423,01	-	-
Externa	Concedidos	-	-	-	-	
	Recebidos	-	-	-	-	

Fonte: SIAFI OPERACIONAL 2009/2010

ANEXO B

2.d.II.2.b.) Quadro VI - A.2.12 Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
1 – Despesas de Pessoal								
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
2 – Juros e Encargos da Dívida								
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
3-Outras Despesas Correntes								
1º elemento de despesa (339039-S. T.P. Jurídica)	798.816,02	2.475.592,97	461.944,48	1.178.980,60	336.871,54	1.297.430,01	405.254,36	992.979,36
2º elemento de despesa (33937- Mão de Obra)	1.360.187,15	1.597.427,69	1.333.841,38	1.549.668,39	26.345,77	47.759,30	1.263.760,12	1.435.326,85
3º elemento de despesa (339030- Mat. de Consumo)	1.379.599,52	1.561.482,64	1.017.591,13	1.245.948,69	370.536,39	345.221,40	965.485,73	1.185.013,29
Demais elementos do grupo	416.634,93	576.465,85	355.637,66	374.489,80	60.999,27	201.976,05	350.157,28	361.208,32

Fonte: SIAFI GERENCIAL E OPERACIONAL 2009/2010

ANEXO C

2.d.II.2.c.) Quadro VII - A.2.13 Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
4 – Investimentos								
1º elemento de despesa (449052- Mat. Permanente)	1.278.560,71	1.995.388,57	348.854,81	542.665,22	929.705,90	1.455.055,65	213.601,57	310.655,24
2º elemento de despesa (449051- Obras)	671.194,78	241.725,05	338.559,13	35.751,97	332.635,65	214.943,51	338.559,13	35.751,97
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
5-Inversões Financeiras								
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
6 - Amortização da Dívida								
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: SIAFI 2010 (CONORC)

ANEXO D
Tabela 1) Indicador de Eficácia

Indicador de Eficácia			
a. Utilidade			
Mostrar o alcance da meta física independente do custo ou impacto implicado na ação. Este indicador é apresentado em valor absoluto, pois a execução das análises realizadas representa a demanda do Serviço de Fiscalização frente à capacidade operacional ofertada referente aos processos finalísticos.			
b. Fórmula de cálculo			
NuAL	Número de unidades de Análises Laboratoriais realizadas		unidade = amostra ou ensaio
c. Método de medição			
Considerando-se que a <u>unidade de análise laboratorial</u> , que é expressa tanto pela amostra analisada como pelo número de ensaios necessário para se obter o laudo de inspeção ou certificado de análise dessa amostra, utiliza-se como meta física alcançada o somatório das <u>unidades de análise laboratorial</u> para cada processo finalístico de competência de cada Unidade Física coordenada pelo Lanagro como se descreve na Figura A.4. (ANEXO R)			
d. Fontes de Informação			
Os resultados das <u>unidades de análise laboratorial</u> são armazenadas nas bases de dados descritas a seguir e se tornam fontes de informação para os cálculos dos indicadores de desempenho			
Ação	Unidade Física	Fonte de Informação	
Apoio Animal	Recife/PE	Relatório Mensal do Demonstrativo de Execução de Análises das áreas de Diagnostico, Físico-química e Microbiológica de Produtos de Origem Animal, por natureza da amostra, execução e resultado analítico (documentos impressos).	
	Fortaleza/CE	Relatório Mensal do Demonstrativo de Execução de Análises Físico-química de Produtos de Origem Animal, por natureza da amostra, execução e resultado analítico (documentos impressos).	
Apoio Vegetal	Recife/PE	Bebidas e Vinagres	Relatórios mensais extraídos da Base de Dados do Sistema de Controle de Análises de Bebidas BEBIWIN (documentos impressos)
		Fertilizantes e Corretivos	Relatórios Demonstrativos de Execução Física de Amostras Fiscais, Periciais e 2ª. Pericial e Demonstrativo de Ensaios Analíticas de Amostras Fiscais, Periciais e 2ª. pericial (planilha Excel).
		Sementes	Relatórios Demonstrativos da Execução de Sementes
	Fortaleza/CE	Bebidas e Vinagres	Relatórios mensais extraídos da Base de Dados do Sistema de Controle de Análises de Bebidas Sistema BEBIWIN (documentos impressos)
	João Pessoa/PB	Sementes	Relatórios Demonstrativos da Execução de Sementes
e. Área Responsável pelo cálculo e/ou medição			
Controle, Avaliação e Estatística – Lanagro- PE			
f. Resultado			
Apoio Laboratorial	Unidade de análise laboratorial (u)		Eficácia (x ₂)
Animal	Amostra		55.040
	Ensaio		114.528
Vegetal	Amostra		3.944
	Ensaio		36.943
Lanagro-PE	Amostra		58.984
	Ensaio		151.471
g.Disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador			
O número de amostras e ensaios realizado depende da demanda vinda dos serviços clientes.			
h.Medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso			Responsável
Não se aplica			-----

ANEXO E
Tabela 2) Indicador de Eficiência

Indicador de Eficiência			
a. Utilidade			
Mostrar a eficiência do apoio laboratorial através do custo unitário da unidade de análises laboratorial, de duas maneiras: -em relação aos recursos orçamentários programados, e, -em relação aos recursos financeiros efetivamente utilizados.			
b. Fórmula de cálculo			
b.1. Custo unitário programado da Unidade de Análise Laboratorial – CUP			
$CUP_u = \frac{y_1}{x_2} \quad (R\$/unidade)$	y ₁ =recursos orçamentários programados, em reais x ₂ = NuAL (eficácia)		
b.2.Custo unitário efetivo da Unidade de Análise Laboratorial – CUE			
$CUE_u = \frac{y_2}{x_2} \quad (R\$/unidade)$	y ₂ = recursos financeiros utilizados, em reais x ₂ = N _u AL (eficácia)		
c. Método de medição			
Os recursos financeiros utilizados (liquidados e a liquidar) somam os valores provenientes de todos os PI's que atenderam aos Elementos de Despesa do Laboratório conforme Figuras A 3.a (ANEXO P) e, a Figura A3.b (ANEXO Q). Os recursos orçamentários programados a serem utilizados baseiam-se primariamente nas despesas básicas (água, luz e telefone). A isso se somam as despesas relativas à aquisição e/ou manutenção de insumos, bens de consumo, obras e equipamentos. Os recursos necessários aos processos de aquisição de bens e serviços são submetidos e aprovados pela Coordenação Geral de Apoio Laboratorial -CGAL / SDA.			
d. Fontes de Informação			
Os dados relativos aos recursos financeiros recebidos e utilizados têm como Fonte de Informação os Sistemas Administrativos Governamentais, Contrato de Fornecedores e Notas Fiscais.			
e. Área Responsável pelo cálculo e/ou medição			
Controle, Avaliação e Estatística - Lanagro-PE			
f. Resultado			
	Unidade de análise laboratorial (u)	CUP (R\$/unidade)	CUE (R\$/unidade)
Lanagro-PE	Amostra	207,74	143,23
	Ensaio	80,90	55,77
g. Disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador			
O CUP (custo unitário programado) obtido foi de R\$ 207,74/amostra e R\$ 80,90/ensaio, enquanto que CUE (custo unitário efetivo) obtido foi de R\$ 143,23/ amostra e R\$ 55,77/ ensaio. A diferença entre o Custo unitário efetivo da Unidade de Análise Laboratorial – CUE e o Custo unitário programado da Unidade de Análise Laboratorial – CUP dentre outros fatores pode ter seu valor aumentado devido a uma sorologia programada no próprio exercício referente a febre aftosa e os valores menores devido a descontinuidade para reformas estruturais de sete meses e oito meses nos Laboratórios de Microbiologia e Físico Química de Resíduos respectivamente, diminuído de forma impactante o número de análises.			
h. Medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso			Responsável
Nada a declarar uma vez que o baixo número de analises foi consequência da reforma estrutural indispensável ao bom desenvolvimento das atividades e o aumento na área animal foi o Programa de grande impacto no agronegocio de Diagnostico para se ter conhecimento das áreas livres de Febre Aftosa.			-----

ANEXO F

Tabela 3) Indicador de Efetividade

Indicador de Efetividade					
a. Utilidade					
Mostrar a efetividade do Apoio Laboratorial do Lanagro através das relações entre o impacto do efetivo realizado sobre o programado, segundo a sua capacidade operacional, e o recebido dos Serviços de Fiscalização, em número de amostras. Além disso, mede-se a efetividade através das relações entre o impacto dos recursos utilizados e recebidos e entre o impacto dos recursos efetivamente utilizados pelo Lanagro e os recursos programados para o exercício de 2010.					
b. Fórmula de cálculo					
b.1. Índice de Realização da Demanda – IR					
$IR = \frac{x_2}{x_1} 100\%$		x_1 = Número de amostras recebidas - NAR x_2 = N _u AL			
b.2. Índice de Utilização da Oferta sobre a Demanda – IUOAD					
$IUOAD = \frac{x_1}{y_3} 100\%$		x_1 =NAR y_3 = capacidade operacional, em número de amostras			
b.3. Índice de Utilização dos Recursos Recebidos no exercício de 2010– UTI ₁					
$IUT_1 = \frac{y_2}{x} 100\%$		x = Total de recursos recebidos, pelo Lanagro-PE, dos PI's que atenderam aos Elementos de Despesa deste Laboratório, outros Lanagros ou CGAL y_2 = Total de recursos utilizados			
b.4. Índice de Utilização dos Recursos pelas atividades executadas pelo Lanagro relativamente ao programado para 2010 – UTI ₂					
$IUT_2 = \frac{y}{y_1} 100\%$		y = Total de recursos efetivamente utilizados pelo Lanagro-PE y_1 = Total de recursos programados			
c. Método de medição					
O mesmo descrito para os indicadores de eficácia e eficiência					
d. Fontes de Informação					
As mesmas fontes de informação citadas para os indicadores de eficácia e eficiência					
e. Área Responsável pelo cálculo					
Controle, Avaliação e Estatística - Lanagro-PE					
f. Resultado					
Apoio Laboratorial	Unidade de análise laboratorial (u)	Indicador			
		Efetividade			
		IR(%)	IUOAD (%)	IUT1(%)	IUT2(%)
Animal	Amostra	100%	217,81		
Vegetal	Amostra	100%	91,48		
Lanagro- PE	Amostra	100%	199,40	92,49	68,94
g. Disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador					
Os valores de IR atingiram os 100% em todas as áreas pelo fato do Lanagro-\PE não contabilizar as rejeições de amostras recebidas por não estarem em condições de análises, em outros casos à entrega irregular das amostras, sem levar em consideração a capacidade semanal ofertada ao Serviço de Fiscalização durante o ano, ou pelo fato do Laboratório ter parado as atividades do processo para se dedicar à validação de novas metodologias em acordo aos Programas relativos aos processos Finalísticos. Por visualizar a importância desta contabilização, em 2010 buscamos procedimento correto e seguro de realizar estes dados, porém, só a partir de 2011, através de um Sistema de Registros on line de Solicitação de Análises atingiremos nosso intento.					
O IUOAD com média de 199,43 se deve a um grande aumento de análises na área animal, com um percentual atingido de 217,81% devido a estudos de prevalência /inquéritos/ monitoramentos que foi realizado para determinar status sanitário do rebanho bovino brasileiro no que diz respeito à febre aftosa. Na área vegetal o atingimento de 91,48% do programado devido à mudança de legislação na área de bebidas importadas e a paralisação					

Indicador de Efetividade	
na área de sementes, para se adequar a um novo fluxo de trabalho. O valor de 68,94 % do IUT2 se deve ao fato da UJ só ter recebido 74,54% do programada. E, do total recebido utilizou 92,49%. Estas disfunções podem está presentes devido ao contingenciamento de recursos financeiros feito a nível nacional.	
h. Medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso	Responsável
Uma medida que pode ser implantado para 2011 é elaborar um Plano Diretor para contemplar as áreas prioritárias para adequação das estruturas físicas além de um envolvimento nacional para realização de concursos públicos para adequação de servidores em números quantitativos e quantitativos ao bom desempenho da União.	Coordenação e a União

ANEXO G

Quadro XIV - A.5.7 - Quadro de custos de recursos humanos nos exercícios de 2008, 2009 e 2010.

Valores em R\$ 1,00								
Tipologias / Exercícios	Vencimentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis						Total
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e previdenciários	Demais despesas variáveis	
Membros de poder e agentes políticos								
2008	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2009	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2010	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão								
2008	1.669.741,66	0,00	1.848.162,16	479.348,92	91.879,05	43.222,70	89.037,99	3.908.922,03
2009	2.158.971,88	0,00	2.738.243,34	501.960,13	82.762,16	126.836,51	71.343,01	5.680.117,03
2010	2.322.316,53	0,00	3.131.949,71	559.301,66	154.061,33	213.799,07	69.109,43	6.450.537,73
Servidores com Contratos Temporários								
2008	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2009	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2010	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores Cedidos com ônus ou em Licença								
2008	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2009	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2010	21.013,08	0,00	18.394,96	1.132,37	1.446,76	1.212,00	0,00	43.119,17
Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial								
2008	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2009	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2010	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior								
2008	297.568,84	0,00	311.082,23	62.458,76	9.348,88	16.871,49	5.909,65	703.239,85
2009	353.267,40	0,00	507.852,36	91.889,10	9.149,12	25.982,51	6.230,10	994.370,59
2010	382.270,44	0,00	585.627,26	87.043,84	19.076,048	29.594,77	9.880,61	1.113.493,40
Servidores ocupantes de Funções gratificadas								
2008	141.276,47	0,00	203.007,47	32.724,90	11.753,00	0,00	3.479,28	392.241,12
2009	228.347,59	0,00	310.533,10	55.563,50	13.227,52	0,00	6.234,44	613.906,15
2010	250.723,84	0,00	351.835,87	68.006,41	24.635,08	7.892,00	1.444,88	704.538,08

Fonte: Fichas Financeiras dos Servidores

ANEXO H

Quadro XV A.5.8 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva

Unidade Contratante													
Nome: Laboratório Nacional Agropecuário em Pernambuco													
UG/Gestão: 130016							CNPJ: 00396895/0071-38						
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2005	L	GLOBAL	04/2005	41250358/0001-50	01/12/2005	01/06/2011				34			P
2007	V	GLOBAL	15/2007	08068307/0001-36	25/05/2007	22/05/2011				6			A

Fonte: Responsável pelo Setor de Contratos

ANEXO I

Quadro XVI A.5.9 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Unidade Contratante													
Nome: Laboratório Nacional Agropecuário em Pernambuco													
UG/Gestão: 130016					CNPJ: 00396895/0071-38								
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identifi- cação do Contrat o	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2009 (GDM)	1	0	1/2009	07.185.730/ 0001-53	15/07/ 2010	15/01/2 011			9	10		1	P
2007 (VR)	1	0	21/200 7	07.082.532/ 0001-64	02/01/ 2008	11/11/2 011			7	8			P
2005 (HIDEL MA)	4	0	02/200 5	32.113.300/ 0001-73	16/09/ 2008	26/06/2 010			2	3			E
2009 (JMF)	4	E	15/201 0	10.624.354/ 0001-60	15/07/ 2010	15/01/2 011			2	2			A
Observação: Vale comentar os acréscimos ocorridos nos quadros acima onde por necessidade e atendendo a legislação específica o contrato GDM, VR e HIDELMA foram aditivados após parecer da CJU. No caso da HIDELMA foi incorporado mais uma pessoa levando-se em consideração o número de horas trabalhadas, onde entrou mais uma pessoa para trabalhar apenas 20 horas por semana, este contrato foi encerrado por motivo de falência da empresa. Sendo o objeto deste contrato elétrica e hidráulica, indispensável a este laboratório foi feito um contrato emergencial por apenas seis meses que é a empresa JMF que consta no quadro acima.													
LEGENDA Área: 1. Apoio Administrativo Técnico e Operacional; 2. Manutenção e Conservação de Bens Imóveis 3. Serviços de Copa e Cozinha; 4. Manutenção e conservação de Bens Móveis; 5. Serviços de Brigada de Incêndio; 6. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes; 7. Outras. Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado. Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.													
Fonte: Responsável pelo Setor de Contratos													

ANEXO J

Declaração da área responsável atestando as informações referentes a contratos e convênios ou outros instrumentos congêneres.



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Secretaria de Defesa Agropecuária-SDA
Coordenação Geral de Apoio Laboratorial - CGAL
Laboratório Nacional Agropecuário - LANAGRO-PE



D E C L A R A Ç Ã O

Declaramos que as informações referentes a CONTRATOS no exercício de 2010, solicitadas no Relatório de Gestão, estão disponíveis e atualizadas no Sistema Integrado de Administração de Sistemas Gerais – SIASG.

Informamos ainda que nesta Unidade Gestora não celebramos convênios ou outros instrumentos congêneres, portando não há informações a ser disponibilizadas no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV. Estas informações estão de acordo com o que estabelece o art. 19 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010.


SALETE BRÊTA ANANIAS DE OLIVEIRA
Gestora de Contratos do LANAGRO-PE
SIAPE nº 1112698

ANEXO L

Tabela 4) Aspectos do sistema de controle interno

Aspectos do sistema de controle interno		Avaliação				
Ambiente de Controle		1	2	3	4	5
1.	Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
2.	Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.			X		
3.	A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.			X		
4.	Existe código formalizado de ética ou de conduta. OBS.: Não existe código formalizado, porém há procedimentos contratuais referentes à conduta e no de servidores a Lei 8.112/		X			
5.	Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais. OBS.: Com relação à área técnica temos todos os procedimentos e instruções operacionais descritos e em execução, priorizada pela natureza da UJ ser de cunho técnico, na área administrativa no exercício de 2011 está programada esta etapa.				X	
6.	Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				X	
7.	As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades. OBS.: As delegações são realizadas por publicações de Portarias e as competências são regimentais.					X
8.	Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.					X
9.	Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ. OBS.: Os controles internos, em sua maioria, são planejados e acompanhados através de reuniões quinzenais e bimestrais com todas as áreas.				X	
Avaliação de Risco		1	2	3	4	5
10.	Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados. OBS.: É formalizado através de Plano Operativo Anual para a parte técnica e a área administrativa registra o planejamento de aquisições e serviços em atendimento a demanda da área técnica.				X	
11.	Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.					X
12.	É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a conseqüente adoção de medidas para mitigá-los. OBS.: Os maiores riscos dos processos estratégicos da UJ dizem respeito à segurança analítica onde se faz os controles através de análises de Proficiência (ensaios entre laboratórios) com análises críticas dos resultados obtidos. Todos os processos de aquisição e serviços são encaminhados ao CJU para as análises e pareceres pertinentes e as suas recomendações são obedecidas na íntegra o que minimiza a margem de erro.				X	
13.	É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão. OBS.: Há conhecimento dos níveis de riscos e acompanhamento nas diversas áreas faltando a formalização dos mesmos, o que será estabelecido no exercício de 2011.			X		

14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo. OBS.: As avaliações de riscos são realizadas através de reuniões e auditorias internas sistemáticas e também através de Registros de Conformidade Contábil mensal.				X	
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão. OBS. Para mitigar a incidência de riscos no que se refere à aplicação de recursos financeiros há um controle através de planilhas onde se verifica o volume dos mesmos; a presente estratégia auxilia a tomada de decisão dentro da escala de prioridades.				X	
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade. OBS.: Não há histórico de fraudes e perdas, pontualmente em 2007 houve uma ocorrência com relação à perda de amostras para análise.	X				
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos. OBS.: No caso mencionado no item 16 houve uma sindicância pertinente.	X				
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade. OBS.: Obedece a legislação pertinente do MAPA					X
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas. OBS.: Em termos contábeis obedece a legislação pertinente do MAPA, seguindo o Sistema SIAFI					X
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo. OBS.: Em termos contábeis obedece a legislação pertinente do MAPA, seguindo o Sistema SIAFI					X
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação. OBS.: O Sistema é sem custo para a UJ					X
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.					X
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas. OBS.: Os Sistemas adotados obedecem a instruções formalizadas pelo Ministério pertinente e atendem as tomadas de decisões.				X	
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.			X		
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo. OBS.: Monitoramento constante através de reuniões					X
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e				X	

efetivo pelas avaliações sofridas.					
29. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.					X
Considerações gerais: Reunião da alta direção da UJ constando os seguintes cargos: Coordenadora, Gestora Financeira, Divisão Técnica e o Serviço de Apoio administrativo. Durante as avaliações foram observados a instruções da Portaria nº. 277/2010 após discursões exaustivas revendo e analisando as pontuações pertinentes. A UJ trabalha com os Sistemas Operacionais da União, no COMPRASNET e no SIASG observamos desarmonia entre as casas decimais onde o primeiro apresenta três casas e o segundo duas criando um gargalo para emitir Notas de Empenho. Prazo formalizado para lançar um Pregão no sistema COMPRASNET, é de sete dias úteis o que consideramos longo, principalmente no período de encerramento do exercício. <u>LEGENDA</u> Níveis de Avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válido. Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

ANEXO M

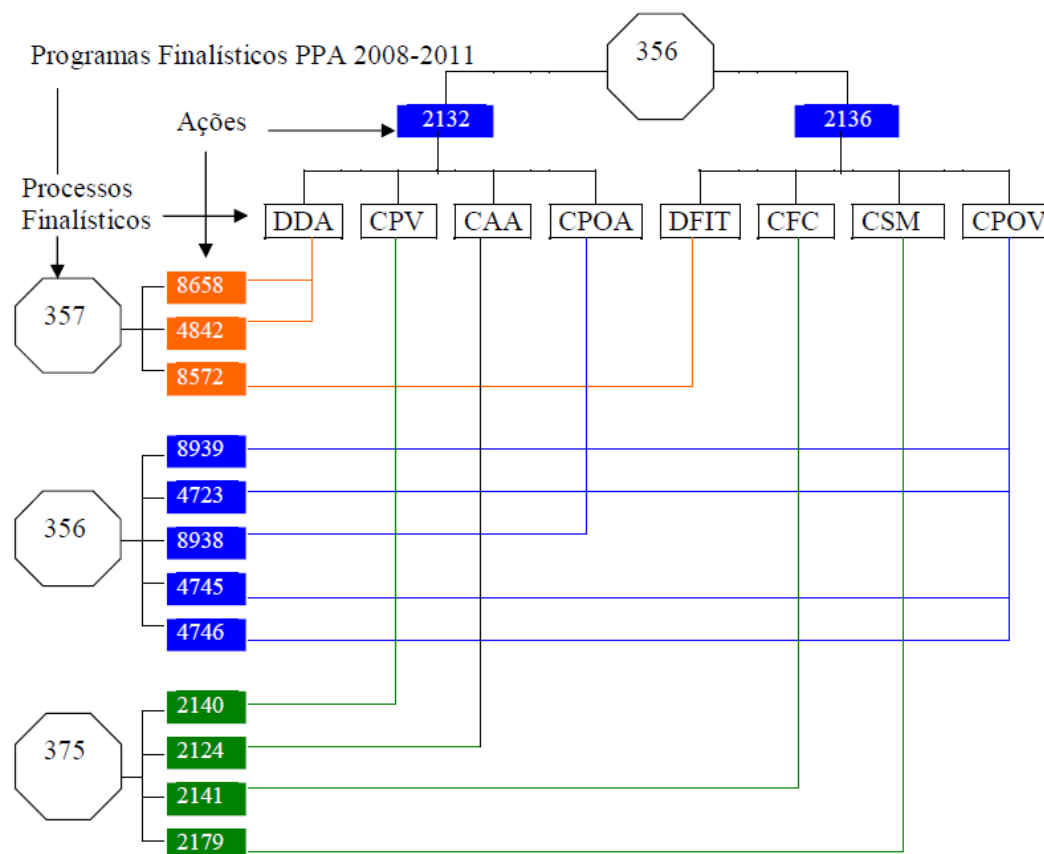
Tabela 5) Aspectos sobre a gestão ambiental

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis 1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. ☐ Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados? Sim, há critérios de sustentabilidade inseridos em alguns Editais elaborados em 2010. A UJ sempre se preocupou com as condições ambientais. Há tratamentos específicos para efluentes, há contrato para descarte de resíduos biológicos e, ambiente apropriado para armazenar os descartes químicos aguardando a quantidade apropriada para finalização do descarte.				X	
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável. No exercício de 2010 houve divulgação para conscientização dos servidores para esta problemática e a aquisição de copos plásticos de água e café sofreu uma redução drástica. A idéia é intensificar para outros insumos.			X		
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis). A natureza das atividades da UJ não permite que sempre seja feita aquisição de produtos não poluidores, mas, os cuidados já foram citados no item 2 deste questionário. Em 2010 para formalização de contratação de firma de limpeza este procedimento já foi exigido para produtos de limpeza e conservação.			X		
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. • Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?	X				
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). • ☐ Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia? A UJ tem adquirido lâmpadas torneiras e ar condicionado com esta preocupação. As faturas mensais são acompanhadas para avaliação do impacto				X	
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). • ☐ Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos? A UJ está consolidando, em 2011, a aquisição de papeis reciclados	X				
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. • Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório? Não foi adquirido veículos no exercício mencionado	X				
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). • Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?	X				

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
Licitações Sustentáveis	1	2	3	4	5
9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos. Os servidores são exaustivamente orientados para boa caracterização dos bens/produtos a serem adquiridos.					X
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.				X	
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº. 5.940/2006. A UJ tem estabelecido em seu processo vários itens recicláveis armazenados em containeres apropriados disponibilizados para retirada por entidades sem fins lucrativos.			X		
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i>, comunicações oficiais, etc.)? Há solicitações do uso racional da energia através de documentos oficiais sendo acompanhado através das faturas mensais.					X
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i>, comunicações oficiais, etc.)? Foi realizada palestra de conscientização e são divulgados diversos documentos oficiais.				X	
Considerações Gerais: Reunião da alta direção da UJ constando os seguintes cargos: Coordenadora, Gestora de Contratos, Divisão Técnica e o Serviço de Apoio administrativo. Durante as avaliações foram observados a instruções da Portaria nº. 277/2010 após discussões exaustivas revendo e analisando as pontuações pertinentes. Para o exercício de 2011 a UJ está empenhada na elaboração de editais para atender a legislação pertinente.					
LEGENDA Níveis de Avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

ANEXO N

Figura A.1. Interação entre as ações de Funcionamento do Sistema de Apoio Laboratorial Animal e Vegetal do Lanagro-PE, os seus Processos Finalísticos e as Ações do PPA 2008-2011.



Processos Finalísticos	
DFIT	Diagnóstico Fitossanitário
DDA	Diagnóstico das Doenças dos Animais
CPV	Controle de Produtos Veterinários
CPOA	Controle de Produtos de Origem Animal
CAA	Controle de alimentos para animais
CPOV	Controle de Produtos de Origem Vegetal
CFC	Controle de Fertilizantes, Corretivos e Correlatos

Programa Finalístico do PPA 2008-2011		Ações
0356	Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas	2132 Funcionamento do Sistema Laboratorial de Apoio Animal
		2136 Funcionamento do Sistema Laboratorial de Apoio Vegetal
		8938 Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Animal
		8939 Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Vegetal
		4723 Controle de resíduos e contaminantes em produtos de origem vegetal e animal
		4745 Fiscalização das Atividades com Organismos geneticamente modificados
0357	Segurança da Sanidade na Agropecuária	4746 Padronização, classificação, fiscalização, e inspeção de produtos vegetais
		8658 Prevenção, Controle e erradicação de doenças dos animais
		4842 Erradicação da febre aftosa
0375	Qualidade de Insumos e Serviços Agropecuários	8572 Prevenção, controle e erradicação de pragas dos vegetais
		2140 Fiscalização de Produtos de uso veterinário
		2124 Fiscalização de insumos destinados à alimentação animal
		2141 Fiscalização de fertilizantes, corretivos e inoculantes
		2179 Fiscalização de sementes e mudas

ANEXO O

Figura A.2. Processos finalísticos do Lanagro/PE e seus desdobramentos em sub-processos e atividades.

Processos finalísticos	Sub-processos	Atividades					
• Diagnóstico de doenças aviárias		Diagnóstico					
		Sorológico	Virológico	Bacteriológico	Molecular		
	Virologia	X	X		X		
	Bacteriologia	X		X	X		
Controle de produtos veterinários	Controle de Vacinas Aviárias	Controle de vacinas vivas contra a Doença de Newcastle Controle de vacinas vivas contra Bronquite Infecciosa das Aves Controle de vacinas vivas contra Gumboro Controle de vacinas vivas Combinadas Controle de vacinas vivas Polivalentes Controle de vacinas vivas Complexadas					
	Controle de Vacinas anti-rábicas	Controle de vacinas inativadas para herbívoros Controle de vacinas inativadas para cães e gatos					
Controle de produtos de Origem Vegetal		Matriz					
	Análises de Bebidas e Vinagres	Não alcoólicos	Fermentados Alcoólicos	Fermentados Acéticos	Destilados	Destiloretificados	Alcoólicos por mistura
	Microbiológicas	X					
	Físico-químicas	X	X	X	X	X	X
Controle de insumos agropecuários		Matriz					
	Análises de Fertilizantes e Correlatos	Fertilizantes minerais		Fertilizantes orgânicos	Fertilizantes organo minerais		Corretivos
	Análises Físicas	X					X
	Análises	X		X	X		X

(continua)

Continuação da Figura A.2. Processos finalísticos do Lanagro/PE e seus desdobramentos em sub-processos e atividades

Processos finalísticos	Sub-processos	Atividades						
Controle de produtos de Origem Animal	Análises Microbiológicas	Análises de produtos cárneos, produtos lácteos, pescados e derivados, mel e derivados, ovos e derivados, água e outros						
	Análises Físico-químicas							
	Resíduos de drogas veterinárias e contaminantes	Pesquisa de Resíduos	Matriz					
			Bovinos	Suínos	Equinos	Pescado	Aves	Mel
		Inorgânicos	x	x		x	x	
Controle de Alimentos para animais	Análise		Matriz					
			Rações	ingredientes	concentrados	sais minerais	alimentos	suplementos vitamínicos
	Microbiológica		x	x				
	Físico-química		x	x	x	x	x	x
	Microscópica		x	x	x			

ANEXO P

Figura A.3.a Resumo da Distribuição dos Recursos Financeiros Programados, Recebidos e Utilizados pelo Lanagro/ PE, por Elemento de Despesa

Natureza da Despesa		Recursos Recebidos (R\$ 1,00)	Recursos devolvidos (R\$ 1,00)	Recursos utilizados (R\$ 1,00)	IUT1 (%)	LANAGRO/PE		
						Recursos Estimados para 2010 (R\$ 1,00)	Recursos utilizados (R\$ 1,00)	IUT2 (%)
339014	diárias	135.487,49	3.224,50	132.262,99	97,62	145.000,00	132.262,99	91,22
339030	consumo	3.023.282,25	547.689,28	2.475.592,97	81,88	1.945.736,56	2.475.592,97	127,23
339033	passagens e pedágios	165.669,63	0,00	165.669,63	100,00	400.000,00	165.669,63	41,42
339035	Serv. de consultoria	171.525,00	18.408,35	153.116,65	89,27	161.325,00	153.116,65	94,91
339036	serviços p. física	17.034,09	909,15	16.124,94	94,66	25.000,00	16.124,94	64,50
339037	contratos	1.597.427,69	0,00	1.597.427,69	100,00	1.613.532,47	1.597.427,69	99,00
339039	serviços de terceiros	1.674.337,61	112.854,97	1.561.482,64	93,26	2.647.495,70	1.561.482,64	58,98
339092	exercícios anteriores	79.976,02	0,00	79.976,02	100,00	(*)	79.976,02	-
339093	Ressarcimento	937,02	0,00	937,02	100,00	(*)	937,02	-
339139	publicações	26.793,12	2.793,12	24.000,00	89,58	50.000,00	24.000,00	48,00
339147	Taxas	4.378,60	0,00	4.378,60	100,00	(*)	4.378,60	-
449051	obras e instalações	241.725,05	0,00	241.725,05	100,00	648.000,00	241.725,05	37,30
449052	material permanente	1.995.388,57	0,00	1.995.388,57	100,00	4.617.371,07	1.995.388,57	43,21
TOTAL		9.133.962,14	685.879,37	8.448.082,77	92,49	12.253.460,80	8.448.082,77	68,94

(*) Meta não estimada

IUT1 = Percentual de recursos utilizados relativamente aos recebidos;

ANEXO Q

Figura A.3.b. Distribuição dos Recursos Financeiros Recebidos e Utilizados pelo Lanagro/ PE, dos PI's que Atenderam aos Elementos de Despesa deste Laboratório, Outros Lanagros ou CGAL - Janeiro a Dezembro de 2010

DESPESA / PI	339014	339030	339033	339035	339036	339037	339039	339092	339093	339139	339147	449051	449052	TOTAL
AGE	4.258,08	-	5.598,48	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	9.856,56
ADMSEDE1	879,70	-	2.585,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.464,70
FISCALSEM1	4.135,00	-	9.515,32	-	1.245,50	-	-	-	-	-	-	-	-	14.895,82
CAPACITA1	822,40	-	1.800,00	-	-	-	2.400,00	-	-	-	-	-	-	5.022,40
LAVEGETAL	41.019,48	230.335,38	43.403,22	45.650,00	6.954,60	496.067,75	485.108,99	-	917,02	4.000,00	777,60	9.902,46	817.821,65	2.181.958,15
LABANIMAL	63.645,04	564.191,41	80.439,63	4.300,00	7.924,84	828.262,48	818.995,88	1.590,06	20,00	12.000,00	3.601,00	26.000,00	794.868,96	3.205.839,30
PCEANIMAL	4.725,03	150.000,00	2.871,32	-	909,15	-	9.056,00	-	-	-	-	-	-	167.561,50
RESIDUOS	3.226,60	-	2.289,48	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5.516,08
FISFECOI	2.320,50	-	2.582,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.902,50
FEBREAFTOS	655,50	353.102,38	1.500,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	355.257,88
FOCEM1	0,00	190.000,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	190.000,00
FOCEM2	0,00	186.496,60	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	186.496,60
ERPCEANIMAL	0,00	1.349.156,48	-	121.575,00	-	273.097,46	358.776,74	78.385,96	-	10.793,12	-	3.725,05	382.697,96	2.578.207,77
ERPCEVEGETA	0,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	202.097,54	-	202.097,54
INSPANIMAL	9.800,16	-	13.085,18	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	22.885,34
TOTAL RECEBIDO	135.487,49	3.023.282,25	165.669,63	171.525,00	17.034,09	1.597.427,69	1.674.337,61	79.976,02	937,02	26.793,12	4.378,60	241.725,05	1.995.388,57	9.133.962,14
DEVOLVIDO	3.224,50	547.689,28	-	18.408,35	909,15	-	112.854,97	-	-	2.793,12	-	-	-	685.879,37

ANEXO R

Figura A.4 Processos Finalísticos do Lanagro/PE e seus serviços avançados da PB e CE

Processo Finalístico/Recife-PE		Unidade de análise laboratorial	Programado	Recebido	Eficiência (Realizado)
	Diagnostico Virologico	amostra	14.418	30.053	30.053
		ensaio	26.448	47.999	47.999
	Diagnostico bacteriano	amostra	2.400	16.310	16.310
		ensaio	19.656	31.339	31.339
	BSE	amostra	3.640	3.809	3.809
		ensaio	3.640	3.809	3.809
Controle de Produtos de Origem Animal	Análises Físico-químicas	amostra	1.530	2.034	2.034
		ensaio	9.450	12.382	12.382
	Absorção atômica (Metais Pesados)	amostra	600	510	510
		ensaio	1.500	1.186	1.186
	Análises Microbiológicas	amostra	1.561	1.809	1.809
		ensaio	7.101	15.263	15.263
Controle de Alimentos para Animais	Análise por Microscopia	amostra	150	64	64
		ensaio	300	128	128
	Análises Físico-químicas	amostra	396	197	197
		ensaio	2.646	911	911
	Análises Microbiológicas	amostra	360	55	55
		ensaio	415	762	762
Controle de Produtos Veterinários	Vacinas contra Febre Aftosa	amostra	180	150	150
		ensaio	720	600	600
	Vacinas contra Peste Suína	amostra	34	19	19
		ensaio	272	149	149
Controle de Insumos Agropecuários	Análise Físico-químicas	amostra	1.174	1.341	1.341
		ensaio	4.117	6.418	6.418
	Análise de Sementes	amostra	130	25	25
		ensaio	1.662	278	278
Controle de Produtos de Origem Vegetal	Análise Físico-químicas e Microbiológicas	amostra	2.232	1.678	1.678
		ensaio	27.845	21.587	21.587
Processo Finalístico/João Pessoa -PB		Unidade de análise laboratorial	Programado	Recebido	Eficiência(Realizada)
Controle de Insumos Agropecuários	Análise de sementes	amostra	170	283	283
		ensaio	2.040	2.946	2.946
Controle de Produtos de Origem Vegetal	Análise Físico-químicas	amostra	0	0	0
		ensaio	0	0	0
Processo Finalístico/Fortaleza -CE		Unidade de análise laboratorial	Programado	Recebido	Eficiência(Realizada)
Controle de Insumos Agropecuários	Análise de sementes	amostra	0	0	0
		ensaio	0	0	0
Controle de Produtos de Origem Vegetal	Análise Físico-químicas	amostra	605	617	617
		ensaio	7.075	5.714	5.714
Ação		Unidade de análise laboratorial	Programado	Recebido	Eficiência(Realizada)
Apoio Animal		amostra	25.269	55.040	55.040
		ensaio	72.148	114.528	114.528
Apoio Vegetal		amostra	4.311	3.944	3.944
		ensaio	42.739	36.943	36.943
LANAGRO/PE		amostra	29.580	58.984	58.984
		ensaio	114.887	151.471	151.471
(1) Amostras programadas- estimadas de acordo com a capacidade operacional do laboratório.					
(2) Todas as amostras recebidas são realizadas (recebido = realizado).					
(3) Ensaio = prova = análise					

ANEXO S

Figura A.4 Processos Finalísticos do Lanagro/PE e seus serviços avançados da PB e CE



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
SECRETARIA-EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
COORDENAÇÃO-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAS

DECLARAÇÃO

Declaramos, para os devidos fins, que constam nos assentamentos funcionais dos servidores Alberto Jerônimo Pereira e José Calazans dos Santos, cópias de suas respectivas Declarações de Imposto de Renda, Ano-base 2009 Exercício 2010.

Brasília, 15 de fevereiro de 2011

Carlos Antonio Portuguese de Assunção
Chefe de Divisão da CGAP

ANEXO T

COMPETÊNCIAS DAS UNIDADES DO ORGANOGRAMA FUNCIONAL:

COORDENAÇÃO DO LANAGRO-PE:

- I. planejar e coordenar a execução das atividades Lanagro-PE;
- II. aprovar e submeter à apreciação do órgão competente as propostas consolidadas relativas ao Plano Plurianual e programações orçamentárias e operacionais;
- III. elaborar normas complementares ao desenvolvimento das atividades laboratoriais para as unidades organizacionais hierarquicamente subordinadas;
- IV. apresentar, ao órgão competente, relatório anual das atividades desenvolvidas;
- V. emitir parecer técnico conclusivo sobre a celebração de convênio, ajuste, acordo, protocolo ou contrato, que envolvem matérias de competência, consoante normas específicas do órgão setorial;
- VI. autorizar viagens de servidores, em objeto de serviço;
- VII. instaurar sindicância e processo administrativo disciplinar, para apuração de irregularidades, aplicando as penalidades previstas na legislação pertinente;
- VIII. praticar os atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial relativos aos créditos orçamentários disponibilizados;
- IX. autorizar e homologar licitações, bem como ratificar dispensas e inexigibilidades de licitações;
- X. praticar os demais atos de administração necessários ao cumprimento das competências dos Laboratórios Nacionais Agropecuários, observadas disposições da legislação pertinente;
- XI. promover a execução e acompanhar projetos de implantação de Laboratório Nacional Agropecuário, consoante orientações específicas do Coordenador-Geral de Apoio Laboratorial;
- XII. elaborar relatórios operacionais relativos à implantação de projetos, na forma e periodicidade determinadas, encaminhando-os ao Coordenador-Geral de Apoio Laboratorial e;
- XIII. exercer outras atribuições que lhes forem delegadas pelos Coordenadores dos LANAGRO's/MAPA em que estiverem localizados.

Subordinado a Coordenação deste Lanagro existe uma Divisão e quatro Serviços aos quais competem:

DIVISÃO TÉCNICA:

- I. planejar, acompanhar e avaliar o desempenho analítico, o domínio tecnológico e a incorporação de novas tecnologias nas atividades de controle laboratorial de produtos e insumos agropecuários, materiais de multiplicação e de propagação, bem como de diagnóstico de doenças e pragas, gerando relatórios técnicos para subsidiar o processo decisório;
- II. acompanhar a realização de análises físico-químicas, microbiológicas, diagnósticos e promover apoio laboratorial;
- III. assessorar na elaboração de normas de credenciamento e de monitoramento de laboratórios;
- IV. manter inter-relacionamento técnico com as unidades organizacionais da Coordenação-Geral de Apoio Laboratorial, da Secretaria de Defesa Agropecuária, do MAPA; e
- V. orientar e acompanhar a execução dos programas de controles intralaboratorial e interlaboratorial, a produção de material de referência, bem como a validação de métodos analíticos, mantendo registros específicos.

Cabe aos Responsáveis Técnicos (RT) dos setores subordinados a esta divisão:

- I. promover a execução das atividades sob suas responsabilidades;
- II. emitir laudos referentes aos resultados analíticos laboratoriais;
- III. diagnosticar doenças dos animais e pragas dos vegetais;
- IV. instruir processos técnico-administrativos;
- V. elaborar relatórios operacionais; e
- VI. emitir certificados e demais documentos definidos em regulamentos e manuais operacionais.

SERVIÇO DE PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA:

- I. executar as atividades de programação, bem como de execução orçamentária e financeira dos créditos orçamentários disponibilizados;
- II. proceder à conformidade documental; e
- III. controlar e acompanhar a execução orçamentária e financeira de termos de parcerias e de cooperação técnica.

SERVIÇO DE APOIO ADMINISTRATIVO

- I. elaborar a proposta relacionada ao Plano Plurianual e a programação operacional, em articulação com as demais unidades organizacionais;
- II. acompanhar o desenvolvimento da programação operacional;
- III. efetuar o controle administrativo e financeiro de convênios, contratos, ajustes, acordos e protocolos; e
- IV. promover e controlar as atividades de:
 - a) administração de material, patrimônio e de recursos da informação e informática;
 - b) comunicações administrativas, em especial de protocolo;
 - c) administração de pessoal e de desenvolvimento de recursos humanos;
 - d) execução orçamentária e financeira dos créditos orçamentários disponibilizados; e
 - e) transporte, zeladoria, vigilância, reprografia e telefonia.

SERVIÇOS DE APOIO LABORATORIAL: ESTADOS DO CEARÁ E DA PARAÍBA

- I. planejar, acompanhar e avaliar o desempenho analítico, o domínio tecnológico e a incorporação de novas tecnologias nas atividades de controle laboratorial de produtos e insumos agropecuários, gerando relatórios técnicos para subsidiar o processo decisório;
- II. realizar análises físico-químicas, e atividades de apoio laboratorial;
- III. implantar e validar novas metodologias analíticas;
- IV. manter inter-relacionamento técnico com as unidades organizacionais Lanagro-PE;
- V. promover e orientar a participação em programas de controles intralaboratorial e interlaboratorial, bem como a validação de métodos analíticos, mantendo registros específicos.

O organograma da forma em que se apresenta vem apresentando entraves na sua funcionalidade uma vez que serviços que existem em outros Lanagros não são contemplados em nossa unidade como:

- a) Apoio laboratorial que contempla as atividades de Lavagem, esterilização, meio de cultura, cultivo celular e biotério deveriam constituir um Serviço específico com esta finalidade;
- b) Para garantir a implementação do Sistema de Qualidade deveria ser criado um Serviço de Gestão da Qualidade com atribuições específicas de maneira a facilitar gerenciamento das observâncias a norma ABNT NBR ISO/IEC 17025/2005;

Paralelamente a Divisão Técnica a UJ deveria ser contemplada com uma Divisão que seria a Divisão Administrativa com as atribuições inerentes a complexidade requerida.